

5. Atalhos para uma conclusão

José Arthur Giannotti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GIANNOTTI, JÁ. *Certa herança marxista* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. ISBN: 978-85-7982-045-8. 5. Atalhos para uma conclusão, p. 156-207. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

5. ATALHOS PARA UMA CONCLUSÃO

Não é na letra dos textos de Marx que vamos encontrar a resposta à pergunta que serviu de norte para as idas e vindas de nossa investigação: se identidade e contradição não mais constituem expressões diferentes de um mesmo princípio; que sentido pode adquirir a contradição quando ela se desloca dos cânones da Lógica hegeliana? Ao incorporá-los a seus escritos, Marx pretende virar de ponta-cabeça uma Lógica que, do ponto de vista da tradição, se resolve numa Metafísica, mas não examina como isso vem a ser possível, quando se afirma materialista e recusa a clausura do Espírito Absoluto. Não creio nem mesmo que Marx tenha visto nesse projeto enormes dificuldades, pois tudo indica que continua a pensar que uma contrariedade naturalmente desemboca numa contradição. Mas não estará sua prática intelectual, a obra que deixou e sua própria atividade política, recheada de ricas sugestões para o bom entendimento de meu problema?

Tentei seguir passo a passo os meandros da crítica a que submete a positividade dos fatos econômicos, explorando tanto quanto possível caminhos apenas indicados. No final desse percurso percebo que uma conclusão obriga a retomar abreviadamente o que foi percorrido. Não se trata obviamente de procurar, da perspectiva de Marx, o Saber Absoluto, mas tão-só de salientar que a análise do sentido da contradição inerente ao capital não articula hipóteses a serem verificadas empiricamente, mas se limita a forjar ferramentas intelectuais visando iluminar as prosas das ciências sociais para revelar sentidos subsidiários que lhes dão sustento. Capturando uma dimensão crítica que os fenômenos socioeconômicos já contêm na medida em que eles mesmos são contraditórios, a crítica marxista, penetrando as massas, pretendeu vir a ser nova força produtiva, capaz de emancipar o gênero humano. Refletindo sobre esse caminho, mostrando a possibilidade de práticas capazes de pôr em xeque a positividade desses fenômenos, creio estar indicando apenas a possibilidade de uma política que não se resolva no mero jogo de poder e se coloque questões ligadas a uma moralidade objetiva. Nosso foco foi o conceito de relações sociais de produção, como elas se tecem graças à mediação de objetos-signos que remetem, no caso do modo de produção capitalista, a forças produtivas que são domadas por forças sociais expressas por essas

relações, mas cuja gramática termina se abrindo para o novo e sinalizando outras formas de intervenção social.

Para a dialética especulativa, toda atividade é de natureza lógica, por isso o pensamento à procura de sua verdade cobre toda a realidade. Ao tratar brevemente do problema da riqueza social, Hegel, incorporando as contribuições de Adam Smith, parte da divisão do trabalho e daí retira o conceito de trabalho abstrato como aquele que se simplifica por causa dessa divisão e, tornando-se mecânico, passa a ser substituível pela máquina. Graças à dependência e reciprocidade que por esse meio se instalam entre trabalho e satisfação dos carecimentos, evidencia-se a mediação do particular por meio do universal, de tal modo que cada indivíduo produz para si e para todos. A riqueza social configura, pois, o momento de identidade, de estase do qual todos podem participar conforme sua cultura e suas aptidões. O modo pelo qual se participa dessa riqueza, seja ele universal ou particular, fica então na dependência de uma base (*Grundlage*) imediata apropriada, o capital, assim como da aptidão condicionada tanto por essa base como pelas circunstâncias, cuja diversidade diferencia as habilidades corporais e espirituais desenvolvidas (*RPh.*, §§ 198-200). A universalidade conceitual, já que tão-só se perfaz inteiramente no nível do Espírito, sempre mediado pelo silogismo objetivado, não requer o fetichismo da mercadoria, a ilusão necessária da completude das trocas e a *aparência* da regra ser capaz de produzir seu caso. A divisão do trabalho e a criação da riqueza social surgem assim como momentos do desdobramento desse Espírito, sem que o processo de externalização do trabalho no produto e as alienações do capital se transformem nas últimas determinações para o entendimento das relações capitalistas de produção. Por certo a análise da economia contemporânea é muito mais complexa do que seu delineamento esboçado por Hegel. Mas, para nossos propósitos, importa lembrar como o automatismo do Conceito lhe basta para esvaziar as diversas formas de necessidade com que Marx deve lidar para articular a dialética das relações sociais de produção e das forças produtivas. A tríade hegeliana – universal, particular, singular – apaga um confronto social efetivo que, a despeito de ser mediado por signos, não se consome num discurso racional.

Marx pretende mostrar como a simplificada descrição hegeliana do processo de formação da riqueza social, ao fazer da ilusão necessária uma substancialidade conceitual, ignora seu lado efetivo, os meandros da luta de classes, e termina por minimizar o metabolismo concreto entre o homem e a

natureza e dos homens entre si, todo ele se realizando sob as condições da forma-valor. Mas para isso deve, primeiramente, renunciar ao princípio de que a necessidade manifesta o caráter absoluto da reflexão da liberdade, em seguida, substituir uma dialética, em que a diferença é originariamente qualidade, por outra, em que o êmbolo da diferença nasce do processo efetivo de medir o trabalho social, para que a classe dominante possa comandá-lo a seu modo. Na dialética hegeliana, desde a *Jensener Logik*, o jogo entre a quantidade e a qualidade tem como fio condutor a ideia de um limite, cerceando o campo desse jogo, que põe e repõe seu caráter qualitativo, sua função de medida absoluta que exprime as limitações voluntárias do Absoluto. Desse modo, o negativo de cada limitação determinante se revela puro logos, discurso mediado que se resume na reflexão de si mesmo.

Essa linha de raciocínio não pode ser mantida por uma dialética que pretende ser materialista, denunciar o movimento formal desse discurso para fazer valer o fundamento da luta de classes, a constituição da sociabilidade na base de identificações, limitações, que se efetivam precisamente porque mobilizam ilusões necessárias relativas a padrões de medida do trabalho. O valor, abstração real, resulta primeiramente de certa quantificação do trabalho para em seguida se pôr enquanto identidade *qualificada* como fetiche. O lugar da autoidentificação necessária da pessoa livre, paradigma da forma lógica especulativa, é substituído pela autopromoção do ser social graças à superação das contingências do trabalho. Em virtude da sacralização do produto, o trabalho se desliga de seus constrangimentos naturais, aparece como se fosse criado por uma segunda natureza em que os seres humanos logram se mover. Superar a rígida determinação dessa natureza postiza seria a tarefa da classe dos trabalhadores em busca de sua liberdade. Mas para escapar da universalidade substantiva do capital e explicitar sua dimensão transformadora é preciso quebrar prática e teoricamente a aparência fetiche e metafísica do valor, reconhecendo que ele provém da forma pela qual trabalhos concretos passam a ser medidos por uma abstração real e necessária. As propriedades qualitativas do valor, sua raridade, por exemplo, apenas manifestam formas específicas de mensuração. Ao dar ênfase, contudo, ao aspecto quantitativo do desenvolvimento das formas, Marx toma distância da dialética hegeliana, que faz de toda diferença originariamente um *quale*, momento estático de um processo *autônomo* de

diferenciação. Embora a substancialidade, a autopoisição do valor, mantenha sua remissão a seu lado qualitativo, ao se processar como medida, quantificação, de forças produtivas, cujo parâmetro se perde no meio do caminho, a ênfase em que a relação social por meio de signos se faça reportando-se à exterioridade de forças produtivas implica pressupor uma exterioridade alógica, certa matéria, cuja conformação não se esgota no processo de ser conformada por formas de sociabilidade. Não é por isso que a dialética marxista se enreda em dificuldades análogas àquelas com que se defrontam Schelling e Fichte? Problemas relativos, de uma parte, à entidade irreduzível ao ser pensado, de outra, aos limites que separam o mesmo e o outro. Além do mais, não fica assim impedida de empregar sem mais a fórmula do universal que se particulariza numa identidade de nível superior? Mas deixemos essas questões em suspenso, pois pretendo retomá-las num texto dedicado especialmente à Lógica hegeliana. Se aponto para esses problemas é com o único intuito de sublinhar a complexidade de uma leitura d'*O capital*.

Desde logo se percebe que, se Marx continua concebendo a identidade como contradição, para se converter em contraditórios os opostos carecem de uma reflexão que os simplifique e os coloque como sendo para si. A identidade reflexionante, deslocada do caminho normal da *Aufhebung*, deverá se constituir na prática que se fecha por uma ilusão necessária, que ao mesmo tempo constrói o bom infinito do capital, sem que esse mesmo capital se resolva numa infinidade absoluta. Não se resolve ele na *expressão* de um modo das forças produtivas se articularem, remetendo, portanto a um fundamento que vai além dele? O jogo da identidade e da contradição deverá ser, pois, apreendido no movimento da identidade e da contradição armada entre as relações sociais de produção capitalista e as forças produtivas que elas promovem, vale dizer, no plano de uma identidade que ilusoriamente põe seu caso, mas haure sua força de uma forma particular de produção e de exploração do trabalho, do modo particular do homem se relacionar com uma natureza mediada por um fetiche coletivo. Essa contraparte natural, que sempre tenta escapar da atividade redutora do pensamento, acua o movimento reflexionante absoluto junto a uma sociabilidade que apenas se pensa como absoluta. O capital torna efetivo o bom infinito ilusório e assim encobre uma forma específica de dominação. Mas desde logo essa forma de pensá-lo como sistema de pensamentos práticos suscita a pergunta por seu modo de ser.

Como logos prático, dotado de gramática, configura as atividades que asseguram seu sentido, por conseguinte, que delimitam os tipos de objeto que passa a denotar. Nessa gramática se inscreve uma ontologia do social, antes de tudo ontologia da aparência, necessária, porém para legitimar a maneira como se cria um excedente econômico.

Quando se atenta unicamente para a aparência dos fenômenos socioeconômicos, nada mais natural, já o vimos, do que tomar esses fatores produtivos como *partes constitutivas* de uma *unidade* configurada pela *combinação* delas (cf. 4.11). Mas a mera combinatória de elementos aparentes torna-se *irracional* sem a pergunta por seu modo de constituição, sem a análise de cada forma inserida num processo reflexionante, que se repõe a si mesmo e opera no intervalo entre a massa de valores pressupostos e aquela outra acrescida no fim do processo. Não importa se os agentes pensam primeiramente tão-só em termos monetários. Desde que os fatores sejam colocados no interior dessa reflexão, a combinação se torna sociologicamente irracional, na medida em que junta elementos de natureza distinta, apagando a necessária mediação entre eles. O juro, por exemplo, se dá como remuneração da compra de dinheiro como se fosse mercadoria qualquer. Mas, enquanto mercadoria, ele só existe combinando valor de uso e valor; ora, se o dinheiro só tem uso na troca equitativa, isso já não aponta para uma diferença cujo sentido há de ser explicado para que dê conta de sua razão de ser? As simples determinações do juro necessitam, pois, ser *derivadas* de uma estrutura mais simples, invisível na superfície do fenômeno. De maneira similar, a renda aparece como dinheiro pago pelo fazendeiro que ocupa terra de outrem; visto que essa mercadoria não incorporou nenhum trabalho morto, é preciso, aceita a teoria do valor-trabalho, explicar como se define seu valor de troca. Outro exemplo: as retiradas do empresário poderiam ser vistas como espécie de salário pago pelo trabalho de reunir os fatores de produção, mas, como os capitalistas não estão no mercado como um assalariado qualquer, cabe então explicar a natureza desse rendimento. Em suma, as categorias descritivas dos movimentos de uma economia devem ser iluminadas por uma gramática profunda, capaz de dar razão aos respectivos modos de ser de seus elementos relativamente simples, por conseguinte, capaz de indicar os princípios de suas individualizações.

A figura acabada das relações econômicas, tal como se mostra na superfície, em sua existência real e, portanto, também nas concepções mediante as quais os portadores e os agentes dessas relações procuram se esclarecer sobre as mesmas, difere consideravelmente, sendo de fato o inverso, o oposto, de sua figura medular interna, essencial, mas oculta, e do conceito que lhe corresponde (K, III, 235; trad., IV, 160).

É de notar que esse conceito está, comparado com o Conceito especulativo hegeliano, muito mais próximo da Essência do que a Ideia. A despeito das determinidades da estrutura profunda serem todas reflexionantes, a *oposição* entre o superficial, aparente e fenômeno, de um lado, e o profundo, estrutural, de outro, continua exprimindo a identidade, que se desdobra numa contradição entre as relações sociais de produção e as forças produtivas. No entanto, até mesmo no momento da identidade, quando relações sociais de produção exprimem unitariamente o modo de articulação das formas produtivas, essa identidade mantém a dualidade entre a expressão e o expressado.

Quando uma teoria econômica recusa essa clivagem da positividade do fenômeno, procurando estabelecer equações em que o modo de individuação dos fenômenos, expresso pelas variáveis, não é posto em relevo, simplesmente está procurando desenhar modelos reduzidos do real, em vista de sua compreensão e de sua previsibilidade. Deixa de lado, pois, tanto o caráter de produto desses objetos como a determinação, historicamente datada, de constituírem partes de um sistema produtivo, cujos fatores de produção sempre assumem a forma de mercadoria. Se esse caminho teria a vantagem de reduzir as diversas formas de racionalidade ao esquema geral da racionalidade em vista de um fim, a racionalidade instrumental, não fica ele subordinado ao pressuposto de que esta é a única racionalidade que opera nos fenômenos socioeconômicos?

Bom exemplo desse procedimento nos oferecem as investigações de Amartya Sen. Ele argumenta – isto dito muito brevemente – que os comportamentos econômicos serão mais bem descritos, compreendidos e previstos se, além das variáveis tradicionais, forem incluídas variáveis morais. Aliás, lembra ele, essa preocupação estava na origem da Economia Política, cujos primeiros autores eram cientistas e moralistas (cf. *Sobre Ética e Economia*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999). Em vista desse projeto, trata de articular modelos científicos mais abrangentes do que

aqueles usualmente empregados pela Economia neoclássica. Nada há a objetar a esse projeto teórico, pelo contrário, sua importância deve ser ressaltada. Mas cabe lembrar que ele não é ontologicamente neutro, pois exclui do fenômeno sua dimensão interna reflexionante, já que reconhece nele apenas aquelas determinações que os objetos passam a ter por estarem sendo referidos pelas variáveis que integram equações, desprezando aquelas outras que os agentes desenvolveriam por estarem participando de relações sociais determinadas. Se agem de acordo com os princípios da escolha racional, suponhamos, nada acumulam pelo fato de reiterarem suas escolhas, nunca se tornam sujeitos que também se constituem por meio do aprendizado de lidar com coisas e terceiros. Limita-se o exercício da razão, para que a razão dos atores nunca ponha em xeque a positividade do próprio fenômeno. Noutras palavras, se a escolha desta ou daquela outra forma de racionalidade parece neutra epistemologicamente, ela assume o compromisso de sempre considerar todos os fenômenos socioeconômicos no mesmo nível de realidade, vale dizer, aquela que o conjunto de equações for capaz de articular. Por certo, se variáveis relativas à moralidade das pessoas são justapostas a variáveis relativas a interesses, interpretam-se esses interesses de maneira diversa daquela pela qual eles sempre se manteriam indiferentes às consequências morais dos atos praticados em nome deles. Mas, quando descarta o caráter reflexionante das variáveis, o pesquisador fica impedido de distinguir determinações essenciais, aquelas que são repostas pelo próprio processo, daquelas que apenas contribuem para sua formação histórica. Isso significa que a interpretação científica passa a atribuir ao fenômeno econômico apenas aquela temporalidade interna à estrutura concebida, deixando de lado as vicissitudes de implantação e de seu vir a ser. Em suma, não é o livre exercício do pensamento que vai paulatinamente descobrindo razões, sua própria racionalidade, mas uma dada concepção de razão ilumina o caminho a ser percorrido. Nunca abandonando o plano da ciência positiva, Amartya Sen deixa na sombra o modo de individuação dos fenômenos, por conseguinte, a dimensão histórico-crítica e normativa que eles próprios contêm, precisamente porque os atores se pautam por critérios contraditórios.

Sabemos, por exemplo, que o capital comercial e o capital a juros são instituições mais antigas do que o capital empresarial. Nada mais normal do que defini-los a partir dessas formas incipientes e examinar como se desenvolvem. Do ponto de vista marxista, porém, essa precedência

temporal indica apenas que seu sentido deve se transformar ao ser integrado no processo reflexionante do modo de produção capitalista, quando todos os fatores aparentes se dão sob forma mercantil e mobilizados para a produção demais-valor. Ao instalar-se esse modo de produção, o capital encontra a forma comercial e a forma a juros “como *pressuposições* prévias que não são, todavia pressuposições postas por si próprias, formas de seu próprio processo de vida” (TMW, 3, 466; trad., 279). Cumpre, portanto examinar o caminho pelo qual se torna possível gerá-las no interior de sua própria reflexão. Em suma, não se deve perder de vista a diferença entre elementos essenciais do sistema, pressupostos e repostos por ele, e as condições históricas que geram a matriz de conteúdo a ser transformada pelo jogo formal. Igualmente cabe considerar as mediações necessárias à passagem da pressuposição ao repostado. Se o ponto de partida do estudo é o jogo das formas trinitárias, a pergunta por seu modo de ser escava elos intermediários, como capital total, taxa de lucro etc., até chegar à taxa de mais-valia, como aquele instrumento pelo qual se descobre a razão de ser de um sistema produtivo, que se coloca como fim em si mesmo. Não se topa com uma razão que é profundamente irracional? Não porque se chega ao fim da regressão ao fundamento, pois sempre haverá um lugar em que a demanda por razões encontra a rocha dura onde a pá entorta, mas porque esse fundamento, que ilumina o desdobramento das categorias posteriores, por conseguinte, o sentido das ações, diz que a dominação da natureza pelo homem mediada pela dominação do homem pelo homem arma-se como fetiche a roubar o sentido das ações de todos os agentes. O fundamento se mostra mera relação ocultada de poder.

Detectada a irracionalidade da equação dos fatores de produção, é possível começar a pensar o que Marx aqui teria entendido por razão. Terra e preço, por exemplo, são grandezas incomensuráveis, porquanto um valor de uso que não é produto do trabalho não pode ser expresso como objetivação de determinado *quantum* de trabalho social (TMW, 3, 316; trad., 318). Marx não negaria que a uma parcela de terra poderia se associar um preço mediante o mecanismo das curvas de preferência. Mas o modelo assim composto consideraria o excedente como quantidade de produtos sem levar em conta a natureza *sui generis* das relações sociais necessárias para sua obtenção, abstrairia as mediações sociais responsáveis pela

individualização de cada fator, como se todos os atores agissem racionalmente em vista de um fim já dado. Se o proprietário fundiário e o empresário atuam racionalmente em busca de seus rendimentos, não se diferenciam suas respectivas atividades, visto que o último oferece, no mercado, um produto futuro e o primeiro apenas um monopólio? Por que abstrair esse modo de ser do objeto oferecido? Posto o problema em termos de *produção* de mercadorias por meio de mercadorias tendo em vista seu crescimento, cabe então examinar como se reproduzem na qualidade de *produtos para a troca*, determinados assim como valor de uso e valor. Se há várias medidas entre eles, dessa perspectiva interessa apenas aquela que advém do fato de serem *produtos* de uso para a troca, necessitando, dessa forma, ser expressos como objetivação de um trabalho social particular. Em primeiro lugar, os fatores devem ser combinados como mercadorias, mas sempre considerando suas duas determinações iniciais; em segundo, como grandezas comensuráveis; finalmente, como expressão de algo comum entre eles na sua qualidade de mercadorias. Pedir razões de um processo produtivo é negar a irracionalidade de ligações superficiais de suas partes, que somente se tornam comensuráveis conforme a mera justaposição é quebrada para que se revele o fundo comum, a razão comum. Por sua vez esse fundo regulador está presente em cada produto como aquilo que faz dele representante da identidade da riqueza social total. Não opera aqui a representação de algo por algo, mas a algoidade dessa riqueza se determina como um *quantum* de tempo de trabalho socialmente necessário, algo que está perdendo esse caráter de algo para manifestar-se em cada produto particular como algo posto exclusivamente pela relação da identidade como sua contraparte, ambos idênticos e diferentes. Por conseguinte a algoidade de cada produto difere de sua algoidade de ser apenas coisa, não se dá como coisa produzida por este ou aquele processo de trabalho particular, mas *como se* estivesse sendo posta pela operosidade da sociedade como um todo. Dai o caráter contraditório dessa riqueza como medida ponente, valor manifestando-se, pondo-se em cada valor de uso como parte do todo. No caso do modo de produção capitalista essa identidade é o valor posto ademais em função de produzir excedente econômico, o que distingue, de um lado, a massa de valores realizados, de outro, a massa pressuposta de valores a serem efetivados como processo de trabalho para o capital. O processo de objetivação dos trabalhos particulares como trabalho social implica repor a objetividade de cada produto num processo que retira de cada

um deles seu caráter de ente a fim de fazer deles resultados de uma forma de sociabilidade epocal.

No entanto, considerada nesse contexto em que o sentido visado pelo ato de trabalho é subvertido pelo sentido coletivo que lhe empresta o processo de produção global, a razão que cimenta os fatores e os juízos, que os mantém como parcelas de valor, está muito longe do que em geral se entende por racionalidade instrumental. Como já lembramos (cf. 3.3), é muito diferente agir em relação a um fim representado e a um fim representante. Neste último caso, a ação se faz para que se obtenha uma coisa na sua qualidade de símbolo que configura novas ações possíveis, abstraindo, todavia seus respectivos conteúdos. Quando se age por dinheiro, todo o esforço se concentra na obtenção de algo que instrumentaliza e regula ações futuras, como se todas elas estivessem congeladas virtualmente nele. Além do mais, porque o valor é ele mesmo configurado por meio da ilusão necessária de que a norma teria a virtude de ser realizada sem obstáculos, de pôr seu caso, todas as atividades (trabalho e troca) responsáveis por essa estase reflexionante se *apresentam como se* fossem derivadas das tensões formais, lógicas, que a travam. Se as trocas reiteradas de produtos se fazem criando o equivalente geral, fundamento do dinheiro, sendo medidas tão-só por aquilo que se faz idêntico nas trocas, as operações efetivas de trabalhar e trocar se determinam formalmente *como se* derivassem do próprio equivalente, isto é, do dinheiro, ocultando o processo de abstração e homogeneização do trabalho que funda a aparência do *como se*. O movimento do capital dá a pauta da racionalidade, embora ela se mostre para o operário que realiza o trabalho morto como trabalho vivo, produtor de mais-valia, como fundamento irracional, negando a equidade das trocas. Como o analista descobre essa perspectiva universalizante? Segundo Marx porque se associa ao movimento prático da classe operária de libertar-se de seus grilhões. A universalidade visada pela crítica vem a ser preparada pela universalização dos pontos de vista operada objetivamente pela trama do valor, que se torna dramática ao particularizar-se na efetivação do trabalho morto como trabalho vivo sob o comando do capital. Essa óptica contraditória, ao mesmo tempo universal e particular, é a matriz da crise revolucionária. Mas para que esta se efetive seria necessário que a reflexão do sistema entrasse internamente em colapso. No entanto, como nela nada há que a leve necessariamente ao fim, como estou tentando mostrar, compreende-se por que os sucessores de Marx precisaram

apostar na espontaneidade das massas ou no partido centralizado. Mas essa aposta não salienta ainda mais o caráter de jogo, isto é, ato sem resultado previamente configurado, que se tentava retirar da política? Se também ela é processo de racionalização, como deve lidar com o fundo irracional da exploração e da revolta?

Nesse movimento de desvendar o modo de individuação das figuras aparentes combinadas entre si, descobrem-se as mediações esquecidas e desenha-se o sentido contraditório de relações sociais de produção, que se efetivam graças à projeção, numa identidade, na estase de um valor autoponente, do conflito irreduzível que, em última instância, tende a conformar a base técnica do sistema produtivo. Por conseguinte, uma relação social que, já no nível mais simples da relação mercantil, se torna coletiva conforme exclui dela todas aquelas atividades particulares incapazes de se manter num sistema de produção, cuja medida se coloca como fim em si mesmo. Desse modo, a procura das mediações que dão a razão de ser das categorias aparentes termina quando se desenha a reflexão mais simples da troca de mercadorias, mostrando como sua circularidade *exprime* a articulação de forças produtivas, suas proporcionalidades técnicas e organizacionais. Na estrutura profunda, baseada na distinção entre trabalho abstrato e concreto, fica evidente como uma relação posta como equitativa guarda no seu seio a fonte da desigualdade, que, se abre a perspectiva da revolução regeneradora, se ilumina novas formas de sociabilidade criadas além da contradição fundamental, deixa na sombra a indicação precisa do caminho a ser percorrido.

Configurada a forma elementar da mercadoria e a primeira reflexão do capital (D – M – D'), Marx percorre o caminho inverso, examina o desdobramento das categorias à medida que se explicitam, no pensamento dos agentes e do analista, as determinidades que uma forma adquire ao ser projetada na outra, e assim prepara o terreno de onde vão surgir novas identidades, cada vez mais aparentes e alienadas. Como se sabe, esse processo de constituição e ocultamento se completa no desenho da figura do lucro:

Nessa forma completamente alienada do lucro, e no mesmo grau em que a figura do lucro esconde seu núcleo íntimo, o capital adquire cada vez mais uma figura de coisa, cada vez mais passando de relação a coisa, que todavia traz em seu corpo a relação social, devorada, coisa que, com vida e autonomia fictícia, se relaciona consigo mesma, [um] ser sensível-supra-sensível. É nessa forma de

capital e lucro que aparece na superfície como pressuposição já pronta. É a forma de sua efetividade ou, antes, a forma de sua existência efetiva. É a forma em que vive na consciência de seus portadores, dos capitalistas, em que se retrata em suas representações [TMW, III, 480-1; trad., 290].

Uma relação social aparece como se fosse relação entre coisas, capital e lucro, por conseguinte, passagem de uma lógica da constituição para uma lógica da mera relação, graças à constituição de uma entidade mística, o capital, razão de si mesmo, que absorve determinações relacionais como se fossem seus predicados. Como romper essa alienação de que também participa o proletariado?

Num primeiro momento o analista acompanha a articulação dessas formas desenhando o mapa de suas determinações formais, indicando como as categorias mais complexas se constituem a partir das formas elementares. Mas logo se vê obrigado a corrigir essa escrita idealista mostrando que a posição formal, por exemplo, do capital nas formas de rendimento, configura aquela aparência em que se projetam atividades efetivas mediadas por signos e produtos-signos. As estases, as figuras estabilizadas em signos sociais, funcionam como ideias reguladoras dos comportamentos socioeconômicos, servem de parâmetros para que as ações sejam objetivamente julgadas adequadas ou inadequadas à reposição do sistema como um todo, vale dizer, passam a ser socialmente levadas em conta ou não. Cria-se assim uma espécie de espaço lógico das combinações adequadas e inadequadas dos atos legitimados pelo sistema no seu movimento de totalização. No entanto, esses padrões de medida estão sendo afetados pelos processos efetivos de mensuração. Caso se imagine, por exemplo, que o lucro de um capital inicial se dará conforme determinada taxa válida no mercado, essa expectativa se modifica se o lucro for muitas vezes diferente do esperado. Mas não é apenas a determinação quantitativa do padrão que se ajusta ao processo. Na impossibilidade, suponhamos, de reunir a quantia necessária para iniciar a fabricação de determinado produto, o capitalista toma dinheiro emprestado e se obriga assim a dividir a totalidade do lucro estimado com o capitalista financeiro, numa taxa pré-estipulada. Mas para este último agente, visto que pode emprestar seu dinheiro para diversos clientes, para fins de consumo produtivo ou não, sublinha-se ainda mais a ilusão de que o dinheiro tem, como sua propriedade natural, a qualidade de fabricar mais dinheiro. Nesse jogo da

quantidade e da qualidade, os diferentes capitais aparecem ao mesmo tempo iguais e diferentes, tanto como capitais como na qualidade de diversas formas de apropriação do mais-valor, de sorte que cada passo que reconstitui a posição formal da identidade, ao se escavarem as atividades que lhe deram origem, também se mostra como atividade que vem a ser absorvida pelo objeto misterioso, como se o padrão, a regra, fosse responsável pela posição de seu caso. Cada etapa na constituição de uma figura mais complexa, de uma estase da aparência, indica assim a maneira como a figura devora seu método de projeção. É bem verdade que a invenção de nova figura, de nova forma, também determina nova forma de crise. Existe, porém, um abismo entre a forma e sua efetividade social, que a política deveria saber cobrir se pudesse vir a ser efetivamente científica. Mas a “ciência”, proposta e alinhavada por Marx, também é suscetível de ser julgada de um ponto de vista político. Não é o que fizeram P. J. Proudhon e Mikhaïl Bakunin?

Compreende-se por que Marx pode tomar uma categoria como forma de pensamento. Se na aparência é apenas ideia reguladora misteriosamente capaz de vir a ser real, tão logo se atente para as ações que sustentam essa travessão formal, ela se revela processo de medida capaz de informar os resultados obtidos e de se conformar a eles, de sorte que o ato efetivo de pensar ocorre no círculo do pressuposto que se repõe por meio de seus resultados. Graças a essa circularidade, as atividades individuais se socializam num todo que, perfazendo-se sob a condição de que o trabalho vivo haja de ser medido pelo trabalho morto, cria a ilusão de que o capital é o único responsável pela socialização dos indivíduos.

Como, porém, entender essa circularidade sem cair nos enganos da lógica especulativa? Para Hegel o juízo é circular porque constitui partilha originária (*Ur-teil*) do Conceito universal, que assim se faz, graças a essa mediação, nova singularidade. No fundo, é momento do silogismo (Universal-Particular-Singular) que se converte em matriz da objetividade. Marx, entretanto, desde sua juventude, rejeita esse logicismo místico, como se toda mediação entre as atividades singulares devesse assumir, em última instância, a forma do silogismo. Que sentido pode adquirir o movimento de posição do juízo quando se desliga da síntese efetivada pelo movimento

totalizante do Espírito Absoluto ou até mesmo de um princípio dado pelo Eu transcendental, a exemplo de Kant?

Sempre me pareceu que a maneira como Marx descreve a posição do valor contém preciosas sugestões para compreender esse problema de lógica social, e foi com esse objetivo que tentei explorar, no primeiro capítulo de meu livro *Trabalho e reflexão*, o funcionamento reflexionante de esquemas de ações que encontram seus próprios padrões de medida, o que só pude entender a partir de outro trabalho, *Apresentação do mundo*, precisamente o estudo de como Wittgenstein reinterpreta a relação da linguagem com o real. Somente assim me é agora possível acentuar o lado expressivo da reflexão do capital. Se cada categoria se configura por sua outra, isso se faz para que o movimento categorial esteja exprimindo o movimento de forças produtivas. As formas de expressão se referem às atividades pelas quais os homens medem e conformam objetos e as próprias relações coletivas que mantêm entre si, sem, entretanto representá-las como elas são, mas, desse modo, desenvolvendo meios de produção cada vez mais potentes, sempre incluindo novas formas de organização do trabalho. Para salientar essa dimensão expressiva, convém tomar os conceitos de mercadoria, dinheiro, e assim por diante, como termos de um jogo de linguagem, servindo de parâmetro aos pensamentos e às ações concretas que se pautam por eles em seu processo de socialização. Em resumo, a tarefa é descobrir nessas expressões os processos pelos quais as atividades produtivas se tornam adequadas ou não; descobrir a razão da sociabilidade que as anima. Mas a passagem é sempre jogo, isso porque, de um lado, se criam parâmetros a determinar como atividades se tornam sociais ou não; de outro, a nova articulação de elementos simples não brota do modo de produção anterior como se fosse efeito da causa, ou motivo, razão, de um comportamento determinado. Embora os elementos simples necessários para a formação do capital já existissem anteriormente, embora um modo de produção não seja em geral substituído por outro enquanto não esgotar as possibilidades de seu espaço lógico, o salto para o novo é sempre salto no escuro, jogo, incapaz de indicar de antemão o vencedor. O evolucionismo que marca inúmeros textos de Marx apenas embaralha as soluções lógicas que o próprio autor sugere.

Adotada uma teoria reflexionante do juízo, torna-se possível indicar como, nessa demarcação dos comportamentos que se socializam e aqueles que não o fazem, o parâmetro passa a se ajustar aos resultados do mesmo

processo – tudo passa a depender da práxis que acompanha os parâmetros judicativos. Se um juízo não se resolve na síntese de partes representadas, se implica transformação de sinais em regras segundo as quais as ações são consideradas adequadas ou não, se todo o seu sentido está configurado pelo uso desses sinais, o resultado do processo se reflete na identidade do padrão. O que chamamos de “medir”, explica Wittgenstein, é também determinado por certa constância dos resultados da medição (*Philosophische Untersuchungen*, Suhrkamp, § 242). No entanto, Wittgenstein, salvo engano meu, nunca considerou a possibilidade de que a unidade pressuposta da regra contivesse uma contradição, perceptível apenas depois que se examinam seus meios de apresentação, vale dizer, suas condições de existência como signo perdurável. Não é o que acontece com o valor, que se dá como a identidade daquilo que é comum a todas as mercadorias, mas que para vir a ser esse signo consiste na negação de todas as ópticas pelas quais os trabalhos concretos se efetuam, aqueles trabalhos produtores de valores de uso? Não é o que acontece com o capital, que se dá como a identidade do valor que, para se valorizar a si mesmo, necessita diferenciar-se em capital constante e capital variável, exprimindo a diferença entre trabalho morto e trabalho vivo computado como se fosse morto? Na qualidade de morto, o trabalho fica dotado da universalidade característica do valor, mas, ao se exercer, se por, como vivo, essa universalidade vem a ser esta ou aquela particularidade do trabalho individual. Sendo o padrão de medida contraditório, por conseguinte, a medida da racionalidade ocultando seu lado irracional, o exercício da mensuração tanto estabiliza a repetição do processo de socialização, feita pelo sistema produtivo, como vai criando as fissuras pelas quais se infiltra tudo aquilo que ele cria e deixa de lado. Qual é, porém, a práxis ligada a ele?

Quando se mede tendo como unidade o metro, descartam-se aqueles erros que não afetam o propósito da medida. Se há necessidade de maior precisão e rigor, toma-se como parâmetro, por exemplo, o micrão, a milésima parte do milímetro, e assim por diante. Mas se torna assim impossível fazer do pedaço minúsculo de uma barra de platina iridiada o objeto perdurável a serviço do processo efetivo de medir. Outro deve ser o meio de apresentação desse jogo de linguagem. Desse modo, o exercício do juízo cria condições para que novos processos de medida sejam inventados para sanar as deficiências evidenciadas pela prática simbólica, de tal modo que avança, passo a passo, o processo de apropriação pelo pensamento de

determinado setor da realidade. Arma-se aquele racionalismo aproximado descrito por Gaston Bachelard e Gilles-Gaston Granger.

Muito diferente, porém, é medir com a unidade que contém em si mesma uma contradição. Quando os trabalhos efetivos são medidos da perspectiva do produto que se torna homogêneo a *todos* os produtos trocáveis, sejam eles quais forem, reais ou representados, retira-se de cada ato efetivo sua finalidade determinada, obter este ou aquele valor de uso, para que nova finalidade social lhe seja imposta. Por isso, como já vimos, o valor assume aquela óptica que nega todas as ópticas particulares. Quando esses mesmos trabalhos são medidos da perspectiva do capital, os valores, a saber, todo o processo de socialização implícito nele, somente são socializados se produzirem mais-valor, de sorte que nova finalidade é imposta ao processo social de medida. Agora tão-só se socializa aquele ato produtivo que estiver sob o comando do capital. Mas então o erro adquire novas dimensões. A cada invenção que se segue ao desenvolvimento formal, por exemplo, o dinheiro ou o capital comercial, cria-se um espaço que, além de desenhar novas formas de adequação, ainda abre a possibilidade de bloquear todo o processo reflexionante, novas possibilidades de crise. Isso porque o desdobramento das categorias, se, de um lado, vai esgotando suas capacidades de expressão, de outro, demanda nova forma de individuação dos agentes, que se conformam para fazer com que essas mesmas categorias sejam efetivadas. Em vez do racionalismo aproximado, operam, de um lado, a razão da ilusão e do conflito, da aceitação da medida tal como era posta anteriormente, e, de outro, a reivindicação de novas formas de medida do que vem a ser social. Não é nossa tarefa explicitar esse novo conceito de razão?

Todas as categorias se apresentam como soluções racionais para os obstáculos que o capital enfrenta para sua expansão. É de notar que o desdobramento de cada categoria apenas prepara o advento de outra. O capital comercial, por exemplo, resolve um gargalo que se estava formando com a expansão da produção industrial, mas sua forma não está contida na forma anterior. E como não existe um Saber Absoluto, que no seu recolhimento resolve essas soluções de continuidade, existe sempre salto no escuro, espécie de decisão social criadora do novo. O homem está na história, mas também inventa essa história. O capital em geral, por sua vez, se funda na contradição entre capital constante e capital variável, fundamento racional-irracional do sistema, massa de meios de produção sob

forma de valor, de trabalho morto a ser mantido graças à atividade de uma massa de trabalho vivo, que só pode operar sob condições previamente determinadas. O contrato de compra e venda da força de trabalho promete uma equidade lastrada na identidade dos valores trocados, a ser ademais confirmada no valor realizado do produto. Cada valor realizado depende da ilusão necessária de completude de todos os atos feitos em vista dele, que fecha seu circuito particular, mas no todo, a diversidade dos trabalhos *in fieri* é estimada, posta socialmente como aquele *quantum* instalado pela comensurabilidade de seus produtos, como se estes resultassem de um trabalho abstrato, simples e capaz de produzir seus casos. O capital variável se defronta com o capital constante como se ambos constituíssem partes de uma identidade, cuja reflexão nunca seria rompida, como se o fundamento da identificação não fosse a partilha entre trabalho necessário e trabalho excedente, como se todos os processos de trabalho convergissem para um foco sem precisar vencer nenhum obstáculo. A razão do capital se funda, desse modo, na irrazão que acoberta a luta dos agentes na determinação quantitativa do valor desse capital variável, o único capaz de criar mais-valor. O caráter alienado do capital oculta a contradição de seus termos elementares, e, sendo a operação do empresário assim como aquela do trabalhador subsumidas aparentemente sob a categoria de trabalho sem outra determinação, o trabalho de exploração se identifica com o trabalho explorado. A racionalidade instrumental da ação é duplamente aparente, de um lado, porque seu sentido imediato é roubado pelo movimento autônomo do desdobramento categorial, de outro, porque se pauta por regras que ocultam sua dependência da contradição fundante.

Sabemos que nada interromperia o andamento circular dessa boa infinitude aparente se não fosse a crise. Formalmente ela tem sua primeira possibilidade assegurada quando a mera troca de mercadorias passa a ser feita graças à mediação do dinheiro, pois um agente pode retirá-lo da circulação, entesourá-lo e assim interromper a reflexão, impondo-lhe nova racionalidade. Se essa estrutura não fosse elementar e abstrata, seria possível dizer que esse indivíduo tende a dar preferência à liquidez. Num plano estritamente formal, a crise significa a intervenção da particularidade na universalidade das ópticas do valor, o predomínio de um ponto de vista, o interesse e a cegueira do entesourador, que deixa de ver a necessária universalização do processo. Nas etapas seguintes, convém sempre lembrar que a gênese de nova figura cria igualmente nova possibilidade de

interrupção do movimento reflexionante, porquanto estão sendo gerados concomitantemente a forma expressiva assim como nova forma de agir e novo personagem, cujo interesse e cegueira estão além da repetição automática de seu papel. No plano categorial, uma crise configura desajuste de formas, mas ela só se realiza se os atores trouxerem as experiências que estão acumulando na mera repetição de suas funções, a abstração progressiva da particularidade. Em geral, a crise põe em xeque o lado ilusório do processo social reflexionante e universalizante, expõe a maneira como as formas se medem entre si, tornam-se comensuráveis, assim como ameaça a contradição originária, ao deixar restos que se avolumam até pôr em xeque a circularidade do todo. O desenvolvimento das forças produtivas, enquadrado no travejamento pacificador dos mercados, mas dependente de sua expressão no contexto de apropriação da mais-valia relativa, encontra seus limites na maneira como ele se exprime nas categorias do próprio sistema. Em suma, a crise é, no fundo, sempre crise de comensurabilidade, recusa dos parâmetros quantitativos que asseguram a continuidade do movimento autovalorizador do capital. E, para que o sistema se mantenha segundo suas formas mais elementares, é mister que forças produtivas que o ameaçam sejam restringidas até voltarem a se encaixar em suas matrizes elementares.

Obviamente seria necessário adequar esse desenho formal a situações históricas específicas, tarefa, porém, longe de nossos propósitos. Mas, se as crises mais diversas apresentam no fundo um desajuste no processo social da medida, fica patente a especificidade da crise mais geral do capital provocada pelo confronto com o trabalho. O entesourador faz prevalecer seu ponto de vista particular sobre a universalização das diversas ópticas que a totalização reflexionante do sistema assegura, justamente aquela perspectiva que garante sua existência. Isso ocorre, *mutatis mutandis*, com todas as outras formas de crise. O exercício, porém, do trabalho morto como trabalho vivo, a *razão* de ser do capital variável, implica negação da óptica universalizante do capital por intermédio de uma óptica particular, que é ao mesmo tempo universal (capital) e particular (variável). Em termos sociológicos, o confronto do proletariado com o capital se faz da óptica particular dessa classe, que possui em si a universalidade de ser classe universal, porquanto também assume o ponto de vista do trabalho abstrato. Se a razão de ser do sistema é criar mais-valia conforme mede todos os trabalhos efetivos como se fossem mortos, essa razão é posta em xeque

quando a mensuração do capital variável como morto requer o *reconhecimento* de sua particularidade. Mas desde logo fica patente que a luta de classes, embora na sua forma mais primitiva se desenvolva por meio de conflitos de interesse, somente se coloca como contradição quando passa a visar ao próprio modo como se medem a riqueza social, sua produção e distribuição, vale dizer, quando se coloca como uma questão do sentido do social, do coletivo, por isso mesmo ocultando seu caráter de luta. Mais do que por interesses a luta se faz por critérios diferentes, questão de justiça social. Em poucas palavras, empresas e movimentos sociais já são políticos na raiz, e se a política partidária não exprime essa dimensão não é porque se estrutura para negá-la precisamente quando a exprime?

Se a identidade do capital constante com o capital variável se tece na base de suas respectivas comensurabilidades, a diferença, a oposição, fazendo-se por meio da luta engajada em vista do valor relativo do salário e da taxa de lucro; se essa identidade de forças opostas se constitui como uma contradição, é porque, ainda em termos hegelianos, cada força oposta há de ser capaz de se pôr, de se reconhecer, como força em si. Só assim a contradição iria ao fundo, encontraria seu fundamento, e se projetaria em nova identidade. Nessa linha, Marx imagina que os portadores do capital variável, educados por crises parciais, poderiam se constituir como classe para si, tecer uma forma de sociabilidade que escaparia daquelas demarcadas pelas relações sociais de produção capitalistas, descobrir desse modo o fundo da exploração do capital e colocar em xeque o sistema, contestando a subsunção de seu trabalho sob a forma de mercadoria. Assim sendo, instalar-se-ia nova forma de regular o metabolismo entre o homem e a natureza, na base do reconhecimento de que cada ser humano tem em si mesmo a potência do universal. Todas essas potencialidades, contudo, só explodiriam no momento de colapso geral do sistema, quando a greve geral, expondo nova forma de associação, livre dos impedimentos da divisão social do trabalho, cortaria a continuidade do fluxo de capitais levado por sua finalidade perversa. O advento do socialismo implicaria, pois, transformação da quantidade, inscrita na comensurabilidade das categorias básicas do capital, na qualidade da nova identidade social a ser construída. A classe trabalhadora negaria a maneira de quantificar seu valor e proporia novo modo de quantificar o metabolismo entre o homem e a natureza, na base de nova forma de sociabilidade. Daí a importância que Marx atribui à problemática do valor no socialismo. A lei do valor seria superada, por

consequente, conservada, desde que ficasse resolvido o desafio de regulamentar o “tempo de serviço e a distribuição do trabalho social entre os diferentes grupos de produção”. No novo sistema, essas tarefas de regulamentar e contabilizar “se tornarão mais essenciais do que nunca” (K, 25,859; trad., v, 293). Por certo cada modo de produção soluciona à sua maneira essa questão, mas o capitalismo, porque retira o trabalho de seu contexto natural e cria uma segunda natureza na qual os homens passam a habitar, tem a possibilidade de resolver esse desafio de forma inédita, ao criar, pela primeira vez na história, condições para liberar os seres humanos da servidão inerente a qualquer dependência do indivíduo em face das particularidades de seu trabalho.

No entanto, vimos que Marx percebe – sem, a meu ver, levar às últimas consequências sua descoberta – que a transformação da Ciência em força produtiva, inaugurando o estágio pós-industrial do capitalismo, passa a corroer os limites entre trabalho produtivo e improdutivo, medido por sua capacidade de gerar mais-valia. E assim se borra a fronteira entre capital fixo e capital circulante. É condição essencial do modo de produção capitalista que forças produtivas só logrem exercitar-se se os meios de produção e a força de trabalho forem traduzidos em termos de valor, daí o valor do capital acumulado determinar a grandeza do salário, os movimentos absolutos na acumulação do capital *refletindo-se* na totalidade dos movimentos relativos dos preços da força de trabalho. O que acontece com a produção feita na base de alta tecnologia? Convém reler um texto célebre:

Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho utilizado do que do poder [Macht] dos agentes postos em movimentos durante o tempo de trabalho, poder que, em sua *powerful effectiveness*, não mantém relação com o tempo de trabalho imediato demandado por sua produção, mas [essa criação] depende muito mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou seja, da utilização dessa ciência na produção [G, 592; trad., 81].

Se o capital acumulado continua determinando em conjunto os movimentos relativos do preço da força de trabalho, agora isso não mais se faz exclusivamente por meio das determinações numéricas desse capital, mas também graças ao *poder* de cada agente social produzir e monopolizar

conhecimento, dotar-se assim de força quase autônoma capaz de intensificar sobremaneira o ato de trabalho e produzir modos de associação regulados pelo autoconhecimento social, o que impede que a totalidade dos preços da força de trabalho possa ser tomada como múltiplo de unidades de valor. Nos setores produtivos dominados por alta tecnologia, as forças produtivas não mais precisam se traduzir em termos de valor. É o próprio Marx quem aponta uma desproporção (*Missverhältniss*) entre tempo de trabalho e valor. Embora os produtos se expressem em preços, livram-se daquela necessidade de projetar as proporções que articulam a base técnica do capital, em proporções determinadas por um mesmo padrão de medida social. Para esses setores tecnologicamente avançados o que importa é o poder estratégico de comandar o processo produtivo, centrado, sobretudo na planta automatizada, e, por esse meio, assumir posição estratégica e vantajosa no mercado. No capitalismo concorrencial, os comportamentos estratégicos servem para socializar uma média única da produtividade do trabalho; no capitalismo tecnologicamente avançado, esses comportamentos visam manter a diversidade dessas médias. Assim sendo, ao obter parâmetros *ad hoc*, os agentes, as empresas, se apropriam da capacidade tecnológica que lhes permite desviar-se da média. Mas do ponto de vista do metabolismo com a natureza, são eles que continuam a controlar o volume da força de trabalho incorporada, criando empregos e negociando o valor dos salários. Sob esse aspecto, o capital continua ele mesmo a distinguir sua parte constante de sua parte variável, nesta última, a parte produtiva e a improdutivo, sem que essas partes possam ser determinadas em *quanta* de trabalho social abstrato incorporado nelas. Como poder o capital permanece distinguindo o produtivo e o improdutivo de seu ponto de vista, mas, se o faz remetendo essas partes às diferenças de seus preços, impõe a elas determinações muito diferentes daquelas que advêm do método de projeção da base técnica na articulação feita pelo valor. Os vários trabalhos assalariados igualmente se tornam incomensuráveis segundo um único padrão de valor, no máximo constituem *quanta* de valores, diferenciados, conforme se aplicam a capitais fixos de produtividade alta e variada, porquanto, à medida que seus agentes recebem qualificação diferenciada e complexa, torna-se impossível determinar o valor de suas respectivas forças de trabalho na base de unidades simples. Se no plano mais geral o trabalho continua abstrato, visto que seu comprador ainda pode adquirir no mercado esta ou aquela força de trabalho segundo suas conveniências, fica impedida aquela linha de continuidade que permitia, no capitalismo concorrencial,

subsumir a diversidade dos processos de trabalho sob uma única medida social. No entanto, posto que o trabalho morto continua comandando em bloco o trabalho vivo, mantêm-se as formas mais abstratas de apropriação e de sociabilidade capitalistas, em que pese o esgarçamento das figuras do empresário empreendedor e do trabalhador social total. Em suma, essa crise de expressão não destrói o mapa geral das relações sociais da produção baseada no capital, embora faça com que se assemelhe a um espelho partido; assim como não impede o desenvolvimento das forças produtivas, que continuam se expandindo conforme se tornam comensuráveis por outros padrões de medida, diferentes daquele pressuposto pelo valor-trabalho. Mas, se o capital se mantém como comando sobre o trabalho alheio, até que ponto não se altera o próprio funcionamento desse comando?

Por certo, do ponto de vista do metabolismo entre o homem e a natureza, permanece como pressuposto de apresentação de todo o sistema, ou ainda de seus sistemas regionais, a necessidade de se regular o tempo de trabalho de todo o sistema produtivo, mas nada implica que isso se faça efetiva e exclusivamente na base da medida do trabalho vivo pelo trabalho morto. Por que não se faria na base de novas relações de poder operando com as produtividades diferenciadas dos setores, enfim, aprofundando a própria irracionalidade do capital, mas de tal modo que novas estratégias de maximização do lucro passem a operar?

Não se segue daí, entretanto, a perda de sentido da contradição quantitativa. Se os fatores com que os novos poderes operam continuam a ser expressos numericamente, permanece, contudo, a oposição entre capital constante e capital variável, entre trabalho morto inscrito nos meios de produção e trabalho morto pressuposto no valor da força de trabalho – ambos, porém, incorporando a Ciência objetivada –, porquanto as partes somente se unem se o trabalho vivo posto em ação criar mais-valor, se a atividade de cada trabalhador continuar se submetendo ao comando anônimo do capital, processo produtivo se pondo como fim em si mesmo. Antes de ser para os indivíduos e os grupos sociais, a riqueza deve crescer indefinidamente. Essa finalidade sem fim orienta a regulação do sistema produtivo, sempre se repondo mediante a ilusão necessária de que tanto o capital criado como a riqueza excedente se mediriam apenas pela combinação dos diversos fatores de produção ligados a seus preços, embora soldados pelo exercício de um poder exterior. Por trás dessa combinatória, permanece o jogo da aparência das relações sociais de produção

capitalistas, regulando os meios de produção *apropriados* de tal forma que continuam escapando do controle dos trabalhadores, configurando as sístoles e as diástoles pelas quais os processos de trabalho se socializam e adquirem efetividade coletiva. Se o desperdício e a combinação entre fazer e fazer de conta se tornam necessários para que o postulado da mensuração quantitativa seja repostado, se, enfim, a medida se perfaz pela aparência dela mesma, pois só assim esse processo de criar a riqueza social se totaliza *ad hoc*, não é por isso que se extingue a forma elementar da apropriação capitalista, mantida como capacidade anônima de comandar o processo de socialização do trabalho. Os atores agem em vista desse padrão antes de pensá-lo, mas o pensam na forma de agir. Um espelho partido ainda não serve como ponto de referência de comportamentos? Tanto é assim que recorrem aos diversos mercados, reportando-se em última instância à produção presente ou futura, sempre para fazer valer o que possuem e, desse modo, distribuir o produto do trabalho social entre os diferentes grupos de produção. Por meio dessa submissão reafirmam o valor-trabalho como parâmetro significativo de suas ações, submetem-se ao desdobramento das categorias mais simples que repõem o capital, fazendo valer essas regras nas entranhas da prática que os leva a operar nos diversos mercados. Neles estão presentes conhecimentos objetivados, sob a forma das ciências como forças produtivas – nos instrumentos eletrônicos, nas plantas automatizadas, nos órgãos de planejamento e de assessoria, e assim por diante –, mas todos eles, a despeito de seu caráter coletivo, continuam a ser tratados como fatores de uma produção que se exerce unicamente se cada empresa, cada setor estiver visando à maximização de seu lucro. Tudo o que a Ciência promete de coletivo é privatizado por essa intenção atuante, a qual, imprimindo sua marca a todo o sistema produtivo, faz com que seu uso fique na dependência das estratégias empresariais, vale dizer, de uma óptica privada. Se assim as relações sociais da produção capitalista continuam a ostentar aquela objetividade, aquela positividade, que assumiam quando estavam operando sob a mão invisível, o custo dessa manutenção é muito diferente.

Os atores agem de tal modo que a forma, a substância capital, existe como condição de possibilidade de seus atos. No entanto, por mais que a criação da riqueza social apareça comandada por si mesma, permanece dependendo do metabolismo entre o homem e a natureza, mediado pelo processo de trabalho abstrato, isolado de suas condições de efetivação, o que está sempre recriando, de um lado, a massa de trabalho morto, dotada

agora de “poderosa efetividade”, inscrita nos meios de produção, de outro, a massa de trabalho vivo incumbida de operá-los. Se, na verdade, uma enorme quantidade de força de trabalho se desperdiça no desemprego ou circula nos poros do sistema como trabalho informal, isso só torna mais urgente a necessidade de que a sociedade como um todo enfrente o problema de distribuir entre seus membros o trabalho necessário e o trabalho excedente, que faça cumprir a promessa de coletivo que as estratégias empresariais privatizam. Mas nessas novas condições aquela contradição entre o capital e o trabalho ainda obedece aos cânones pelos quais pode ser superada? Também ela não fibrila? Se o complexo não se resolve inteiramente em unidades simples mensurantes, se tudo o que é sólido enfim se esfuma no ar, permanece o desafio de rearticular seus membros em fuga. Mas isso ainda se faria na dependência exclusiva da dialética das forças produtivas e relações de produção?

Se isso não acontecer, cairia por terra aquela razão social que, emergindo do próprio modo de produção capitalista, seria capaz de nortear a prática de sua própria superação; o inverso, pois, do movimento hegeliano da *Aufhebung*, segundo o qual o antagonismo simplifica seus polos. Pelo contrário, as categorias mais complexas fibrilam e as categorias mais simples guardam seu aspecto quantitativo esperado e representado, embora sem os procedimentos efetivos de sua mensuração. Reforça-se a ilusão da clausura da substância capital graças a uma regulação *ad hoc*, bárbara, no sentido clássico da palavra barbárie: aplicação incidente de uma lei.

Marx, entretanto, continua explorando os meandros pelos quais se tece a identidade contraditória das forças produtivas e das relações de produção. O que entende por forças produtivas? A base constituída da ação, “uma potência adquirida, o produto da atividade anterior. As forças produtivas são, pois, o resultado da energia humana em ação, mas essa mesma energia é condicionada pelas relações nas quais os homens se encontram, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social preexistente que eles criam para si, que é o produto da geração precedente” (*Carta a Annenfof*, 28, 12, 1846). Por conseguinte, base ao mesmo tempo material e estrutural, aquilo que dá continuidade às gerações e que ninguém está disposto a renunciar. No entanto, a reiteração do processo vai depositando novas forças, assim como desdobra a estrutura formal que, se

de um lado se multiplica, de outro, haveria de simplificar seus elementos simples. A base energética em constante crescimento romperia assim seu envelope estrutural, forçando a abandonar a forma, o envelope, para não abandonar o conteúdo.

Por isso a análise não pode se contentar com o mero desdobramento categorial, precisa retroceder às suas condições de existência, à sua história propriamente dita. O que nos ensina a história da acumulação capitalista? Convém reler o final do célebre capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, um dos mais belos textos históricos escritos por Marx. Do ponto de vista formal, o modo de produção capitalista parte da contradição entre capital e trabalho. Mas para que esse trabalho seja posto apenas como capital variável, para que no trabalhador tão-só se abstraia e se considere sua atividade computada como trabalho morto, foi necessário um longo processo de destruição da propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção. É de notar que a oposição entre propriedade privada e propriedade social, coletiva, somente existe onde os meios e suas condições extremas pertencem a agentes privados. Conforme eles sejam ou não trabalhadores, redefine-se o próprio conceito de propriedade privada, cujos casos cobrem então o largo espectro entre esses dois polos.

A destruição dessa forma de propriedade do trabalhador sobre seus meios de produção, baseada no parcelamento da produção e da terra, constitui a pré-história do capital. Este começa dividindo esses meios para poder concentrá-los a seu modo, convertendo então a propriedade minúscula de muitos em propriedade gigantesca de alguns. Aos poucos a antiga sociedade pré-capitalista vai se decompondo, os trabalhadores se transformam em proletários e suas condições de trabalho, em capital. Todo o sistema capitalista firma-se sobre seus próprios pés, isto é, adquire sua própria identidade reflexionante e assim, conforme o trabalho se socializa sob nova forma e os meios de produção passam a ser explorados segundo novos padrões, a antiga exploração dos proprietários privados deve ser substituída pela expropriação dos novos donos dos meios de produção, meios coletivamente aglutinados, mas ainda privadamente apropriados: chega a vez do ajuste de contas com o capitalista. É de notar que essa expropriação já se exerce por meio do jogo das leis imanentes à própria produção capitalista; um capitalista suprime o outro à medida que se torna agente do processo de centralização dos capitais. Paralela a essa concentração desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho

em escala sempre crescente, a aplicação técnica consciente das ciências, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios utilizáveis apenas coletivamente; em suma, tece-se uma organização coletiva do trabalho no âmbito mundial. Mas se diminui o número dos magnatas do capital, controladores desse processo de coletivização, cresce a miséria, a opressão dos operários; mas com ela também cresce a revolta da classe trabalhadora, sempre *numerosa, educada, unida, organizada* pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista, até chegar a hora da revolução. Cabe notar finalmente que a propriedade capitalista é a primeira negação da propriedade individual. Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Esta não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre o fundamento do conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho (*K*, I, 23; trad., I, 2, 292-4).

Até agora contentei-me em resumir essas páginas famosas, procurando até mesmo me ater às expressões do próprio Marx; isso com o intuito de mostrar como está funcionando *historicamente* a categoria de contradição. Ao contrário dos *Manuscritos de 1844*, a análise não parte da propriedade coletiva primitiva como o universal que será particularizado pela divisão social do trabalho. No meio da análise do desdobramento das categorias do capital é preciso se perguntar pelas condições de seu vir a ser. Como, de um lado, o capital se acumula e, de outro, o trabalho se isola de seus meios de execução? O capital encontra o trabalhador se apropriando sob diversas e variadas formas de meios de produção dispersos e precisa romper esse elo. É a potência do capital, ela mesma força produtiva, que dá sentido unívoco aos antigos antagonismos de classe, fazendo com que caminhem na direção de constituir a identidade do capital constante e do capital variável. A contradição dada mostra os caminhos de seu vir a ser e para isso nega o caráter privado, particular, da forma anterior dessas forças produtivas. E assim coletiviza as forças produtivas particulares a fim de que possa exercer sobre elas controle privado. Aqui reside o núcleo da futura negação da negação, inscrita, por conseguinte no movimento de constituição da identidade do capital. Esta se constitui *historicamente* impondo caráter social, coletivo, aos meios de produção, o que contradiz sua apropriação privada. Por isso a revolução política deve seguir a trilha já aberta pela transformação social.

No entanto, como vimos, conforme essa estrutura social se complica, conforme o capital vai desdobrando seu caleidoscópio, mais e mais começa a emperrar a tradução das forças produtivas em termos de valor. A incorporação da “força objetivada do saber” (*vergegenständlichte Wissenskraft*) (G, 594) nesse processo como força produtiva desloca o sentido de “propriedade”. Se este é determinado, na sua dimensão social, pela apropriação efetiva de meios de produção traduzidos em termos de valor, por certo se redefine quando esses meios ficam “menos dependentes do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho utilizado do que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho”. No que o sentido de “propriedade” se altera quando se torna apropriação de um poder? De um lado, nas esferas de capital concorrencial, os comportamentos estratégicos continuam visando constituir uma medida social do valor baseada no tempo do trabalho socialmente necessário; de outro, porém, toda a estratégia se orienta no sentido de explorar essas diversas medidas. Cada uma opera numa determinada região, na base da produtividade de seus trabalhos diferenciados, mas a empresa tecnologicamente avançada e transnacional explora essa diversidade, compõe seu produto com peças originárias de sistemas operando cada um sob produtividade diferente, e nele incorpora componentes que possuem preço sem possuir valor na qualidade de parcela de um valor total. A substância do capital sempre foi mais do que a luta pelo estabelecimento de uma única taxa de lucro, sempre integrou o combate cotidiano de apresentar novas forças produtivas que possibilitam a uma empresa operar além dela. Nas condições contemporâneas, entretanto, esse desenvolvimento incessante das forças produtivas confere àquelas que dispõem do monopólio da invenção tecnológica a vantagem de disparar na frente, sempre superando o patamar em que as outras operam. Disso há melhor exemplo do que Bill Gates periodicamente lançar no mercado nova versão do Windows? A reflexão do capital, a continuidade de seu movimento circular, fica, pois, na dependência de atividades exógenas, que vêm soldar o circuito precisamente quando retiram dele sua medida pressuposta. Isso, obviamente, para assegurar que esse movimento circular tenha como pano de fundo a oposição entre capital e trabalho, aqueles que comandam as operações e aqueles que as cumprem, ambos tendo por referência o fetiche do dinheiro. Aparece nessa oposição, na qual tudo continua sendo orientado para a obtenção do lucro, uma série de decisões pontilhadas tentando ir além da norma prevista, decisões estratégicas de cunho político-

empresarial. Um elemento necessário para a constituição histórica do sistema, a intervenção do estado, reaparece inteiramente reformulado para inteirar o movimento reflexionante de sua essência. O que se fazia em nome da felicidade geral da nação se exerce agora em nome do progresso da humanidade. O que antes deveria desaparecer, quando a identidade do capital encontrasse sua figura de equilíbrio, marca agora sua presença nessa mesma identidade operando como contradição em processo. Mas cabe notar que essa nova forma de estruturação das forças produtivas, apropriadas como meio de produção, não perde seu caráter privado. Por certo as novas forças produtivas possuem marcante caráter coletivo, dizem respeito a milhões de pessoas e prometem superar as vicissitudes do processo de trabalho, os males do corpo e da alma. Visto que esse caráter é determinado pela forma pela qual se exerce o comando sobre o trabalho alheio, e não por seu estatuto meramente jurídico ou por suas promessas de progresso, a empresa tecnologicamente avançada é privada, a despeito de sua fantástica presença social. Tão privada quanto qualquer empresa que dispersa suas ações entre milhares de acionistas, ou aquela empresa estatal que visa ao lucro e pode falir como qualquer outra.

Está presente, entretanto, no modo como Marx considera essa circularidade, um pressuposto profundamente hegeliano: seja no processo histórico, seja no desdobramento categorial, ambos os movimentos devem *simplificar* os termos por eles mobilizados. No plano lógico, porém, vimos que as categorias fibrilam, isto é, perdem seu nítido perfil numérico, para se colocarem como quantidade visada. É o custo que Marx deve pagar por ter introduzido no valor uma dimensão ilusória, que impede a contradição de seguir seu curso como se fosse apenas processo objetivo de medida, indo ao fundo, encontrar o máximo de potência real, conforme se põe como espírito objetivo. Se o desdobramento das categorias resume o movimento histórico de seu vir a ser, se a essência (*Wesen*) é o que passou (*Gewesen*), uma categoria não salta para outra, na explicação marxista, sem que linhas históricas venham desenhar o espaço das novas possibilidades. Por certo essas linhas convergem para a forma *presente*, pois elas são desenhadas como condições de existência dela. Mas não há razão para admitir que na forma atual, por certo contraditória, o mesmo tipo de clausura lógica continue operando. Quando o espaço lógico de uma categoria se fecha por uma ilusão de completude, como no caso do valor, por conseguinte, do

capital, não há segurança alguma de que o movimento histórico de sua superação também venha a ser fechado pela mesma forma.

Como manter esse mesmo tipo de clausura depois da fibrilação das categorias e depois de aceito o postulado de que o pensamento não captura toda a realidade? Por que atribuir ao proletariado uma identidade futura que venha substituir, em novo plano, aquela do capital? Este, nos diz Marx, se apropria da força de trabalho como se fosse sua força produtiva, mas na grande indústria o trabalhador, em vez de vir a ser de fato o principal agente do processo produtivo, apenas comparece ao lado dele.

Nesta transformação não é nem o trabalho imediato, executado pelo próprio homem, nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, seu entendimento e dominação da natureza por meio de sua existência como corpo social – numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social – que aparece como o pilar fundador da produção e da riqueza (G, 593).

Em vista dessa nova posição do indivíduo trabalhador no contexto da reflexão do capital, o que nele se torna pertinente do ponto de vista social é a abstração que o põe como indivíduo social em desenvolvimento. Note-se o salto lógico. No capitalismo as forças produtivas se socializam, isto é, ampliam cada vez mais o âmbito de sua eficácia coletiva, em total contraposição ao modo privado pelo qual são apropriadas. Mas nesse desenvolvimento o trabalhador paulatinamente vai sendo constituído como agente social individual, polo negador, único e fundamental, de todo o processo. No fundo, a linha da revolução deveria desembocar nessa identidade, porque obedece ao percurso hegeliano da contradição. Posta essa identidade formal do proletariado também está posto o sentido de sua evolução histórica: a classe trabalhadora será “sempre *numerosa, educada e organizada* pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista”. Mas na medida em que o próprio desdobramento categorial está fazendo intervir pontos de decisão estratégicos operando sobre as taxas de lucro, na medida em que a ação opera com a própria regra em vez de simplesmente segui-la, não é a própria ideia reguladora do proletariado, contraparte da identidade formal, que perde sua univocidade econômica?

Marx continua pensando a abstração elaborada pelo jogo dos processos sociais como se devesse chegar a um limite formal, que resume o movimento anterior e simplifica os termos da oposição. O proletariado

completamente desenvolvido perfaz-se na abstração de toda a humanidade, quando todas as condições de vida são “resumidas no seu cume mais desumanizado” (*in ihrer unmenschlichsten Spitze zusammengefasst*) (HF, 2, 38). Essa contradição não é uma estrutura lógica, que se apresenta pelo fato dos agentes pensarem contraditoriamente por meio do fetiche, como acontece com o capital, mas vem a ser o movimento da própria história (do Espírito), como pretendia Hegel, o movimento do Conceito. No valor, o bom infinito fecha o processo numa ilusão de completude; na constituição do proletariado, porém, o bom infinito se fecha num processo efetivo, quando, assim nos indica o *Manifesto*, o desenvolvimento de cada um é a condição do desenvolvimento de todos. A análise regressiva do vir a ser histórico tem como ponto de referência uma estrutura social, na qual opera a ilusão de que as relações sociais estariam sendo exercidas como o movimento das coisas, mas a previsão do futuro da revolução toma o travejamento dos movimentos operários como se ele já contivesse em si mesmo, por certo reflexo da identificação do capital, o movimento do complexo reduzir-se a seus elementos simples. Retirada a unicidade da concentração capitalista, efeito da barbárie do capital contemporâneo, o que resta do processo de constituição do proletariado em classe para si mesma?

Esse misticismo lógico, herdeiro do misticismo do Conceito denunciado pelo próprio Marx, não teria consequências maiores, se não estivesse no cerne da concepção marxista da política. O estado é pensado como “*Zusammenfassung der bürgerliche Gesellschaft*”. A sociedade civil burguesa encontra-se travada pelas relações sociais capitalistas, mas a efetivação dessas regras projetadas em coisas sensíveis/suprassensíveis requer instâncias de regulação dos desvios que o curso do hieróglifo provoca entre o que representa e o que de fato é. A moeda cunhada se desgasta e seu valor de fato é menor do que seu valor de face; não há mercado que não monte um tribunal para decidir casos litigantes; o mercado de títulos depende de sólidas instituições bancárias que honrem seus compromissos, e assim por diante. Em suma, a sociedade burguesa é travejada por regras contraditórias que, projetadas em símbolos identitários, necessitam de instituições que demarquem os intervalos dentro dos quais devem ser seguidas. O estado vem emprestar unidade a essas instituições de um único ponto de vista, recolhe essas instâncias reguladoras criadas pela

própria sociedade burguesa numa instituição que ao mesmo tempo desenha o mapa da regulação – os ordenamentos jurídicos– e monta os dispositivos para assegurar seu bom cumprimento.

A palavra *Zusammenfassung* traduz *comprehensio*, a compreensão de elementos variados numa mesma totalidade que resume uma situação de fato, assim como regula seu curso adequado. A despeito da procedência hegeliana, esse conceito adquire em Marx uma conotação muito peculiar. Para Hegel, o estado como *Zusammenfassung* engloba em suas estruturas normativas e institucionais o movimento da vontade objetiva e a razão que ela instaura como liberdade, como Ideia a enfeixar todo o percurso anterior no movimento de sua razão; por isso uma formação histórica é avaliada em vista de sua *racionalidade efetiva*: em nossos dias não se considera mais válido aquilo que repousa somente na autoridade. As leis devem ser legitimadas mediante o Conceito. Para Marx, ao contrário, a sociedade burguesa, vale dizer, a estruturação das relações sociais de produção em que se projetam as forças produtivas postas em movimento por elas, se fecha numa totalidade graças ao domínio de uma única categoria fundante, o capital, mas cuja identidade depende da ilusão necessária do fetiche, originariamente instalado pelo valor. Por certo, vontade coletiva, mas alienada na estruturação de coisas cuja razão encobre a irrazão da exploração. Desse modo, em vez da racionalidade da Ideia, ela apresenta a racionalidade aparente das relações contratuais contraídas em vista da transformação da natureza, abstraídas de modo a ocultar o ponto nevrálgico do capital na sua qualidade de comando sobre o trabalho alheio. Também Hegel reconhece que o mero funcionamento da sociedade civil burguesa, no nível do mercado, acarreta tanto o excesso do luxo como a miséria dos excluídos do sistema. Mas essa desigualdade intrínseca que opera entre os “burgueses” há de ser equilibrada pelo império da lei e pelas instituições estatais, enfim, graças à operosidade dos “cidadãos”. Marx, em contrapartida, espera que o estado seja abolido, pois a lei e suas instituições, compreendendo apenas a aparência feita real das relações sociais de produção capitalistas, estão legitimadas na medida em que encobrem a desigualdade radical do poder exercido pelo capital. Se a metáfora é brutal – o que não é estranhável num texto de Marx–, ela não deixa de ser apropriada: o estado é o comitê dos interesses da burguesia, a unificação da luta de classes do ponto de vista daquele que já predomina no nível das relações de produção. Note-se, porém, que a análise desse estado não se

resolve apenas no jogo de interesses, pois estes já estão legitimados pela mediação do fetiche, pelo jogo formal das categorias identificando-se uma pelas outras e por suas condições de apresentação, que também comportam instituições guardiãs do bom funcionamento das regras. Importa que tudo se passa no nível do social. A política apenas ilumina, de sua perspectiva, uma sociedade que se fecha contraditoriamente em si mesma.

É de notar a estratégia teórica de Marx. Ao mesmo tempo que examina o desdobramento das categorias, trata de remetê-las às suas condições efetivas, em nosso vocabulário, às suas condições de apresentação, para encontrar os fundamentos que estão sendo projetados nela. Visto que a própria forma de organização do trabalho e da produção em geral constitui a força produtiva principal, importa-lhe descobrir nesse nível material, no próprio solo da sociedade burguesa, as formas de associação que a fecham e aquelas outras que escapam à carapaça do capital. Por isso a análise deve se ater primeiramente ao movimento contraditório desse capital, ao desdobramento categorial e histórico da sociedade burguesa, ao desdobrar das formas de sociabilidade e da luta de classes que lhe dá sentido. Somente em referência a essa estruturação ganham inteligibilidade os lances do jogo político. Sem a análise “científica” do real, sem a descoberta das travações profundas que iluminam os movimentos aparentemente erráticos dos fenômenos socioeconômicos – o que por sua vez leva a apontar os mecanismos da exploração do capital –, a análise política assume a perspectiva aparente a partir da qual se arma a sociedade burguesa, reproduzindo no plano da ideologia as visões parciais que nutrem o comportamento dos grandes agentes sociais. Daí a necessidade de quebrar tanto a sociedade burguesa como sua instância compreensiva e reguladora, denunciar prática e teoricamente sua unilateralidade, substituindo o cidadão, formalmente igual a outro unicamente da óptica dessa lei, pelo indivíduo concretamente livre, regulador de si. Mas se o caminho dessa revolução, se já está inscrito na formidável socialização dos meios de produção operada pelo capital, se desdobra uma contradição real, está ainda pressupondo que essa contradição, com força de processo natural, simplificaria seus termos, iria ao fundo e criaria nova identidade, a humanidade na plenitude de suas forças produtivas. O fetiche, responsável pela clausura do bom infinito do valor e do capital, desapareceria por um passe de mágica logicamente interpretado.

Sob esse aspecto, não há, salvo engano meu, discrepância ao longo de seus escritos. Como entende o poder político? Na tradição aristotélica e hegeliana, como a forma da *pólis*, reformulada como forma da sociedade burguesa atual. O estado, organização da sociedade, é visto, contudo da perspectiva da identidade que tende a acomodar os conflitos, já que assume a óptica da classe dominante para a qual os antagonismos constituem apenas momentos do desdobramento do capital. Por isso a forma do estado burguês deve, como Hegel já assinalara, suportar a contradição, recusar o autoritarismo monárquico que considera o estado como se fosse identidade sem fissuras: “A melhor forma do estado é aquela em que os antagonismos sociais não são emperrados, não são oprimidos pela força, isto é, superficial e artificialmente. A melhor forma do estado é aquela em que tais antagonismos chegam à luta aberta e aí encontram sua solução”, escreve Marx num artigo da *Nova Gazeta Renana*, de 28 de junho de 1848, no calor da Revolução.

É por meio desses conflitos que se desenvolvem tanto a burguesia como seu oposto, o poder de sua negação: “O desenvolvimento das condições de existência de um proletariado numeroso, sólido, concentrado, inteligente, está ligado ao desenvolvimento das condições de existência de uma burguesia numerosa, rica, concentrada e potente”, lembra Marx no artigo “Revolução e Contrarrevolução na Alemanha”, publicado no *New Yorker Tribune*, em 1851-2. Em resumo, não sendo autônomo, o desenvolvimento do proletariado reflete os passos de seu inimigo de classe. Cabe à política revolucionária contribuir para que o proletariado se constitua em classe para si e consiga então destruir o poder burguês, conquistar para si mesmo o poder político e, por esse meio, apropriar-se do capital, centralizar todos os meios de produção nas mãos do estado, mas sob o domínio do proletariado organizado em classe dominante, com a missão de, o mais depressa possível, fazer crescer a massa das forças produtivas e instaurar o reino dos fins da liberdade. Depois desse período de transição, quando o estado vier a ser a própria ditadura revolucionária do proletariado (*Kritik des Gothaer Programms*, 19, 28), o poder político será abolido e substituído pela organização racional da produção e da sociedade como um todo.

Sobre esse assunto bibliotecas já foram escritas. Cabe-me apenas salientar que o argumento é puramente formal, pois retira da contradição um movimento futuro que ela não prevê. Por certo Marx tem o cuidado de evitar qualquer previsão do que seria uma sociedade comunista, mas interpreta a crise do capital como se o antagonismo de classes devesse vir a

ser contradição que se resolve criando nova identidade espiritual. No entanto, como tentei mostrar, a interpretação do valor e, posteriormente, do capital como contradição real está na dependência de pensar o antagonismo das forças em choque sendo enclausurado pela ilusão necessária que retira dessa contradição precisamente o poder de simplificar e espiritualizar seus termos. Mas, se a contradição não segue mais os cânones da lógica especulativa por certo deixam de dotar-se daquele poder de superação, como se a história fosse o desdobramento do Espírito Absoluto. Ao cair nesse deslize, Marx impregna todo seu projeto político daquele misticismo lógico que denunciara na teoria hegeliana do estado.

Examinar como a política pode ser entendida como compreensão da sociedade burguesa, como ela lida com a racionalização irracional do capital, quer para reafirmá-la, quer para negá-la, é tarefa de suma importância, que, todavia foge aos limites deste livro. Resta-me apenas sublinhar que ela não deve impor de fora formas de racionalidade que escapam daqueles processos de racionalização pelos quais a própria sociedade capitalista se articula. De outro modo, qualquer ponto de vista reivindicaria o estatuto de racional, perdendo esse processo sua adequação histórica.

Cabe sublinhar que, se tais questões não podem ser respondidas por uma ciência estritamente positiva, é preciso saber como ir além desta. A teoria econômica trata de construir modelos matemáticos dos fenômenos tais como aparecem; se não se furta a analisar crises e desequilíbrios macroeconômicos, se hoje em dia emprega instrumentos formais extremamente maleáveis, recorrendo às teorias dos jogos, das catástrofes e assim por diante, vale ainda perguntar se os modelos montados na qualidade de ideias reguladoras dos comportamentos ou parâmetros de cálculo de seus desvios não deixam margem para a indagação lógica de como tais regras são seguidas. Em particular, quais as condições transcendentais que lhe dão sentido. Assim como a prosa em que se apresenta um sistema axiomático da Lógica Formal não pode ser entendida apenas nos termos desse sistema, assim como o discurso sobre o discurso não se fecha num discurso circular, o sentido da prosa da teoria econômica não será capturado por ela mesma. Não é sintoma dessa insuficiência a maneira como mistura discurso sobre o ser e discurso sobre o dever ser? Dai a validade da pergunta pelo significado das instituições que sustentam

os comportamentos econômicos, pelo significado das formas de sociabilidade em cujo intervalo eles se instalam. E basta indagar pela racionalidade do sistema capitalista como um todo, obviamente deixando de lado o preconceito de que a racionalidade só se define no seu interior fechado em si mesmo, para que avulte a questão do fetichismo do capital, desse extraordinário fenômeno de inversão dos sentidos das ações individuais.

Qual é, porém, o alcance dessa questão básica relativa ao estatuto ontológico dos fenômenos socioeconômicos contemporâneos? Se continuam a ser pensados como segunda natureza, como leis objetivas a serem captadas por modelos elaborados por ciências positivas, permanece latente a pergunta pelo sentido dessa naturalização. Convém lembrar que a descoberta da autonomia dos procedimentos do mercado, evidenciada na metáfora da mão invisível, surpreendeu os clássicos da Economia Política, formados na tradição de um pensamento moral articulado em vista da liberdade humana. E assim tiveram que enfrentar o desafio de descobrir, nos nervos de comportamentos naturalizados, traços dessa liberdade responsáveis por sua realização noutros planos da sociedade. Mas o desenvolvimento do sistema capitalista reforçou ainda mais o caráter natural das atividades que os sustentam. O reforço do fetiche do capital e a impossibilidade de transformar valor-trabalho em preços não estão na raiz das torções radicais por que passam os conceitos da teoria econômica a partir do final do século XIX? Não me sendo possível examinar essa intrincada questão, contento-me em sugerir alguns tópicos para reflexão futura.

Granger, em sua *Méthodologie économique* (397), nos lembra que se o primeiro livro d' *O capital* aparece em 1867, *Theory of Political Economy*, de Jevons, já é publicado em 1871. Embora Marx tenha percebido que a "economia vulgar" deslocava inteiramente os conceitos da nova ciência para que pudessem focalizar tão-só os fenômenos no nível de sua aparência, sem indagar pelos processos de sua constituição, não é por isso que esses conceitos, criados em vista de uma terapêutica e de uma planificação, não se mostraram eficazes como instrumentos de política econômica. E lograram esse feito tocando onde Marx percebia a matriz formal da crise. A igualação da taxa de investimento e da taxa de poupança, uma das bases da teoria keynesiana, não se faz precisamente na medida em que o ato individual de poupança se soma a todas as outras poupanças, positivas e negativas, de tal modo que o incremento total de riqueza de uma comunidade venha a ser o investimento ocorrido num certo período?

Somente assim o que vale para o conjunto não vale para o ato individual, de sorte que a antítese entre a compra e a venda de bens de capital desaparece na identidade coletiva.

Quanto mais as teorias se “vulgarizam”, no sentido marxista dessa palavra, tanto mais se transformam em ciência aplicada. Se a existência dos mercados é tomada como coisa, isso é logo contrabalançado por políticas públicas que tratam de regular seus procedimentos. A onda neoliberal, que chega agora ao fim, tentou negar esse movimento dissociando mercado livre e intervenção do estado, mas está se mostrando antes de tudo momento do processo de repor os problemas de planificação noutra estagio. Em contrapartida, o ideal socialista de planificação social, que esperava solucionar a contradição entre capital e trabalho abolindo-a de vez, não só foi derrotado pelos fatos, mas ainda comprova que não há como evitar o fato do mercado. Até mesmo os planejadores soviéticos o tomavam como ponto de referência. A respeito dessa conversão do mercado em conceito estratégico, Granger já escrevia há quase meio século:

O mercado é então um dos instrumentos naturais de informação, cujas indicações servirão de ponto de apoio para a racionalização da economia. O jogo da concorrência não é admitido como o regulador essencial das forças econômicas, mas como fonte de informação: os fenômenos do mercado exprimem as necessidades solvíveis dos consumidores. Nessas condições, todos os conhecimentos positivos já estabelecidos pela ciência tradicional conservam evidentemente seu valor, mas, longe de esgotar o sentido da teoria econômica, eles constituem apenas um de seus aspectos. As condições concretas, sociais e técnicas, do funcionamento do mercado passam a ser uma parte essencial do saber econômico eficaz. O progresso da ciência tradicional já induzia de resto a relativizar a noção de mercado, trazendo à luz a influência determinante das estruturas sociais em que se estabelece [Granger, 1955, 387-8].

Hoje em dia há apenas vestígios de uma economia centralmente planejada e por todas as partes se celebraram as glórias do mercado vencedor. Mas de que mercado? Quais são os sentidos que encobrem essa ambígua palavra? O ideal da centralidade foi substituído pelo fato de sua generalidade, pois não existe hoje economia regional que não seja planejada. O que se indaga é como combinar plano e mercado. Se, de um lado, a prática de modelagem dos fenômenos tende a descartar as

influências das estruturas sociais que determinam o próprio mercado, de outro, os conceitos se tornam cada vez mais estratégicos, cada modelo desenhando uma prática abstrata a serviço do conhecimento e da manipulação de desvios inesperados. Desse modo, incorpora-se no seio do próprio fenômeno econômico o pensamento que o manipula. Bancos centrais e internacionais, acordos regionais e outras tantas instituições passaram a fazer parte da vida econômica, da sua segunda natureza, incorporando instituições encarregadas de pensar a economia mundial. Assim como numa placa de computador está inscrita toda uma teoria da natureza, certas instituições reguladoras das economias contemporâneas inscrevem pensamentos econômicos na realidade dos mercados. A teoria econômica “vulgar” também se converteu em força produtiva. Mas se percebe assim que o pensar do pensamento não se resume no ato da alma ou do espírito subjetivo, mas se faz graças à mediação de instituições pensantes.

Não há dúvida de que esse panorama sofre abalos profundos com a crise fiscal dos *Welfare States*, mas não vejo como deixar de perceber que o problema continua sendo posto: como planificar, com os instrumentos científicos positivos de que dispomos hoje, as economias de mercado de que dependemos atualmente para produzir nossa riqueza material, já que essas economias, a despeito da anarquia recorrente, incorporaram processos de regulação? No entanto, posta nesses termos, a questão reinstala a pergunta pelo estatuto ontológico do próprio fenômeno econômico: Não é apenas aquilo que nos aparece, pois a aparência é algo que também aparece para os atores do processo objetivo. Como se relaciona *o que* o pesquisador vê com *o que* o agente vê? Este, além de dever, também julga; sofre necessidades, é dado a preferências e *pondera* sua situação a fim de alcançar certo resultado. Acontece que essa reflexão depende tanto da ação e da ponderação de outros que atuam no mesmo plano onde o sujeito se situa como de juízos teóricos de terceiros que conformam o campo de ação dos atores. Certos mercados estão, por exemplo, na dependência de taxas de juros e de câmbio determinadas por um Banco Central, e até mesmo quando alguém investe seu dinheiro num fundo de ações o resultado desse seu investimento depende de como os operadores do fundo avaliam as chances do mercado. Se na verdade esses juízos se fazem dentro de certos limites, as taxas de acerto ou de engano afetam a economia como um todo. Ora, esses efeitos atingem profundamente os parâmetros de ponderação dos próprios agentes. Assim como o resultado de um processo de mensuração recorta o

padrão de medida (não se mede em metros a distância entre as estrelas, embora abstrata e teoricamente isso seja possível), também a ação teórica dos responsáveis pela conformação das instituições econômicas rebate nos parâmetros de juízo dos agentes, por conseguinte, em suas ações respectivas. Se nesse nível não existe saber absoluto, ao menos opera um saber de um saber, o que põe em xeque a própria identidade do fenômeno. Mas também não ameaça a identidade dos agentes?

Nessas condições, convém salientar dois desafios. Em primeiro lugar, os atritos desse saber de um saber colocam a questão de acordos do tipo daquele que já se fez em Bretton Woods, estabelecendo parâmetros para economias regionais, criando sistemas de controle da liquidez dos fluxos internacionais. Dessa forma, a ação dos atores no nível macroeconômico fica na dependência de normas, cuja constituição se faz em vista de processos intersubjetivos mediados por produtos-signos, projeções de juízos correspondentes, mas agora essa ação deve ser integrada numa estratégia de manutenção e desenvolvimento do sistema. Em segundo lugar, essa reflexão, se não totaliza uma economia, coloca em pauta o problema de sua totalização, de sua identidade, dependendo assim de uma coordenação das atividades produtivas e estratégicas. No que respeita ao primeiro aspecto, permanece o desafio de regulamentar o tempo de serviço e distribuir o trabalho social entre os diferentes grupos de produção. Em suma, a questão levantada pela teoria do valor-trabalho continua em pauta, tecendo a base explicativa do sentido dos comportamentos mais elementares que acionam o sistema produtivo. Mas o que dizer dessas ações estratégicas, sem as quais esse sistema não se fecha? A que tipo de racionalidade elas se submetem, já que se exercem em vista da racionalidade do capital?

Conceber o modo de produção capitalista como uma gramática das relações sociais de trabalho, logos sem Espírito Absoluto, implica examinar a questão de sua racionalidade no nível do funcionamento dessa mesma gramática. Na tradição hegeliana e marxista creio ser possível indagar pela racionalidade do capital a partir de suas contradições internas, explorando o espaço aberto entre o que sua intenção promete como forma de sociabilidade contratual e o que resulta das ações consideradas corretas e incorretas, vale dizer, crescente anarquia e desigualdade na distribuição de rendimentos. Estudamos até agora como essa contradição, conforme opera

tendo como chave da abóbada o fetiche em vez do Conceito especulativo, se fecha numa crise permanente. Como se legitimam, vale dizer, se racionalizam, as estratégias postas a serviço dessa crise?

Na aparência os fatores que compõem as equações que descrevem um setor produtivo se relacionam entre si como fenômenos dados. A mensuração de cada um implica atores que agem de modo racional em vista de seus fins. Mas essa produção, seja qual for o modelo científico que dela se faz, também se dá como metabolismo entre o homem e a natureza e, desse ponto de vista, solda trabalho vivo com trabalho morto. Daí a necessidade de indagar pela racionalidade dessa relação, seja qual for a explicação oferecida para esse metabolismo. Abstraída qualquer explicação, inclusive a gramática do capital que tentamos desenvolver, convém nos atermos exclusivamente à relação do trabalho morto com o trabalho vivo, mediada pelo dinheiro e segundo os avanços da tecnologia contemporânea. Que racionalidade está operando nela?

Nas condições tecnológicas atuais, o processo de trabalho sofre modificações profundas, radicalizando aquelas alterações já percebidas por Marx. Não há dúvida de que seus três momentos, na sua abstração razoável, continuam a estar presentes, mas ao serem repostos pelo modo de produção informatizado recebem novas determinações. De um lado, o instrumento ganha tal autonomia que, de certo modo, anula a presença do objeto de trabalho. Na produção artesanal, como já notava Hegel na sua *Realphilosophie*, o instrumento se converte na força mediadora entre a atividade orientada e o objeto, de tal forma que o trabalho anterior que ele absorveu, trabalho morto ante o trabalho vivo da atividade orientada, demarca a proporção em que se integram tanto essa atividade como o objeto trabalhado. Mas o objeto permanece ali, resistência a ser vencida e conformada, de sorte que a força instrumental da ferramenta, potencializada a fim de que opere graças às suas propriedades purificadas, abstraídas em vista das funções que deve cumprir, se debruce sobre este ou aquele objeto a ser preparado para o uso e para o mercado.

Muito diferente é o processo de trabalho quando o instrumento consiste numa máquina informatizada. O trabalhador se posta diante dela para movimentar suas pequenas peças ligadas entre si por um código. Ele dá ordens para que a máquina, graças a seus circuitos internos, produza um dos efeitos desejados no quadro dos efeitos possíveis. Mesmo quando se

estão produzindo objetos em série, embora de modo muito flexível para adaptar-se aos desejos do consumidor, esses produtos são tomados como casos de uma regra, exemplares de um padrão, pertencentes a uma série ou personalizados. O trabalhador opera para a máquina, seu prestígio como profissional reside na sua capacidade de bem orientá-la, já que a perfeição do objeto já foi prevista desde o início. Dessa óptica, ele presta serviços ao instrumento informatizado, de forma mais ou menos automática, mais ou menos refletida, conforme a própria natureza da máquina, mas sempre abdicando de toda socialização que possa ser feita através do produto, como acontecia no modo de produção simples de mercadoria. Pouco lhe importa o produto, o que restou do processo de individualização profissional permanece na capacidade de operar essa máquina, capacidade que se amplia ao treinar-se para operar aparelhos parecidos. Cada um se orgulha do poder de vigilância que exerce sobre seu setor, reivindica uma espécie de autoria, embora o todo se engrene em vista da estratégia de um capital que há de crescer anonimamente. Além do mais, essa diferenciação pelo bem operar, se começa a ser avaliada pelo chefe imediato, termina pela valorização social de seu salário, o objeto final de sua atividade. Numa sociedade de massas assalariadas, os indivíduos trabalham por dinheiro, de sorte que este último vem a ser o principal fator de socialização, relegando para o segundo plano a individualização profissional. Ao trabalhar com códigos socialmente definidos, o agente está demarcando sua individualidade numa interação social cujo controle lhe escapa. Acresce que o trabalho na fábrica ou na prestação de serviços requer formas de sociabilidade que quebram aquele isolamento característico da produção fordista. Do trabalhador se requerem entendimento do processo e colaboração com os outros no sentido de formar uma rede, toda ela encarregada de vigiar o bom funcionamento de um aparato que funciona sozinho. Dessa perspectiva, o trabalho é, sobretudo, a vigilância inteligente e interativa, o outro lhe trazendo blocos de informação que ele não tem tempo de pôr em xeque. Por conseguinte, inteligência misturada com crença e confiança, que assim escapa do rígido esquema da mera racionalidade instrumental.

Seria ridículo generalizar esse novo processo de trabalho e tomá-lo como paradigma de todas as outras formas de atividade produtiva. Uma enorme massa de trabalhadores continua vinculada a procedimentos mais antigos e menos complexos. Mas as novas formas quebram a univocidade do processo social de trabalho, de sorte que o atual modo de produção

capitalista parece aquele museu do trabalho onde coabitam as formas mais variadas dos processos produtivos. Em vez de tão-só separar o trabalhador produtivo do trabalhador disponível, como pensava Marx ao refletir sobre o início da automação da maquinaria, diversificaram-se os processos de trabalhos mais ou menos produtivos, clivando-se os mercados de trabalho, mas inserindo cada processo em zonas cinzentas onde não se pode decidir se a atividade é ou não propriamente produtiva. A enorme produtividade das formas de trabalho contemporâneas está associada à impossibilidade de se distinguir claramente o trabalho que de fato se socializa e aqueles outros necessários ao seu exercício, de sorte que desaparece o critério social a distinguir o fazer do fazer de conta. Os indivíduos se dispõem para isso na escola, na fábrica, na disputa da vida cotidiana, obviamente quando não é relegado à periferia desse caleidoscópio porque desprovido das condições de participar dessa correria infernal.

A extraordinária transformação do processo de trabalho contemporâneo traz à luz uma razão prática que escapa dos moldes tradicionais. Desde logo isso mostra como são limitadas as análises que se contentam em contrapor trabalho, atividade orientada a um fim, a uma razão comunicativa, tendo como parâmetro as transparências pressupostas pelo discurso. A primeira forma de racionalidade está associada ao trabalho artesanal, a segunda, a um discurso que desconsidera seu lado reflexivo, vale dizer, como as asserções também são conformadas pelo resultado do processo de asserir, enfim, toda mediação opaca pela qual passa o discurso para lograr refazer sua normatividade. Mais do que nunca as formas atuais de trabalho são interativas, de sorte que a ponderação dos meios não se faz diretamente em vista de um fim a ser alcançado, mas se entrelaça com interações em que o outro traz tanto sua inteligência como os resultados de seu trabalho, medidos por parâmetros tidos como críveis e razoáveis. E tal processo se aprofunda quando o trabalho se faz por dinheiro em função de mais dinheiro, quando ele se coloca como representante de atividades virtuais. Não há dúvida de que, posto um fim, ponderam-se os meios para obtê-lo. É como se uma perna do compasso fosse fixada para liberar a outra para ser capaz de pontuar os lugares de escolha. Mas agir por dinheiro supõe um fim variável, negando ópticas particulares pelas quais os produtos são visados, criando-se assim novo tipo de atividade, que se efetiva para acumular o poder de agir futuramente. O compasso fica suspenso acima do papel, ele mesmo se torna objeto-signo a ser obtido, para aumentar, dar mais poder, ao

círculo da ação estratégica. Por conseguinte, se a perna fixa permite a reflexão da outra perna, agora o próprio compasso é o signo da reflexão, o suspender da ação individual para que ela mesma contenha em si ações sobre outros e com outros.

Essa razão não opera como se fosse uma faculdade, tomando proposições na qualidade de ponto de partida e recuando até seus primeiros princípios, ou, estando de posse deles, seguindo pela via dedutiva até as proposições bipolares a serem demonstradas. Desde logo a bipolaridade das proposições ou das regras de conduta que ela arma está entrelaçada por atividades ligadas a um modo particular de agir por meio de signos em que as ações se projetam. E quando essas atividades, prenes de uma forma de vida, são traduzidas em sistemas discursivos que descrevem essa maneira de atuar, passam a ser ditas por proposições monopolares referindo-se a certezas tácitas, quer construídas na base de conhecimentos elaborados por outrem, quer conformadas numa ação de que não se argui a razão de ser. Daí a enorme importância da distinção, feita por Marx, entre a essência e o modo de vir a ser do fenômeno, que interpretamos à luz da distinção wittgensteiniana entre os modos de representação, as formas de dizer um estado de coisa ou de seguir uma regra, e os meios de apresentação que reconhecem as certezas necessárias para o bom funcionamento do jogo de linguagem como um todo. Mas é preciso examinar o modo efetivo dessa diferenciação em cada tipo de jogo de linguagem. O plano da linguagem ou do juízo prático que se quer transparente está desde logo associado a pressupostos obscuros enraizados na ação, sem o que qualquer regra não passa de representação desligada do mundo cotidiano. No entanto, não convém pensar esse mundo como matéria informe ansiosamente à espera da cunhagem da ideia. Se o mundo também não é o caos, se está travejado por caminhos, não se dá para nós como sistema simbólico prático apenas no horizonte. Lembra uma instrutiva imagem de Schelling: no vértice do cone de luz da expressão as linhas se prolongam formando um cone de trevas. Do mesmo modo como a luz trabalha os objetos focados, as trevas matizadas se reafirmam como condições de existência do sistema como um todo, um complementa o outro. Desse modo, quando o sistema em crise se pergunta por sua razão de ser, são essas trevas elaboradas que oferecem o material para que um novo sistema mais amplo e mais refinado se edifique. Daí a importância do juízo ou, na sua expressão mais ampla, de um jogo de linguagem, pois só ele

demarca os parâmetros do correto e do incorreto, ao mesmo tempo que projeta o cone das trevas do que está sendo tacitamente admitido.

Se assim se perde o ideal de uma luz natural inscrita por Deus na alma humana ou nas condições pragmáticas do discurso, não é por isso que se deve confinar o pensamento em racionalidades regionais, conhecimentos científicos objetivos particulares, posição que leva naturalmente à indiferença do culturalismo. Embora a razão mais pareça foco luminoso a esclarecer certas zonas do real, por isso mesmo deixando de lado zonas indubitáveis na sua obscuridade, ela está sempre se movendo, transformando o que agora é obscuro no foco da luz mais clara. Essas mudanças, porém, não resultam, sobretudo, de alterações de tema, de diferenças do enfoque da consciência, mas da própria prática cotidiana que age e ao mesmo tempo pensa.

Essa razão *ponderada pelo outro*, por certezas comuns, por signos e instituições mediadores, abre espaço para seu avesso. Um jogo de linguagem é todo ele armado por certa intencionalidade. É possível chamar de racional aquele jogo em que passa a ter sentido a pergunta por seus fundamentos. Essa procura do fundamento pode chegar às regras ou às certezas necessárias ao exercício dele, é vetor para se investigar, sobretudo as certezas requeridas para o exercício de um sistema expressivo. Não há dúvida de que essa pergunta traz para a sombra outras certezas. Mas porque tais certezas não se resumem a estados subjetivos, mas se apoiam em técnicas de transformar sinais em símbolos, assim como de criar indivíduos capazes de jogar o jogo assim formado, instala-se um mundo muito mais rico do que a totalidade dos fatos, porquanto inscreve em si mesmo a trama virtual de instituições e indivíduos *in fieri*, comunicando-se entre si por meio de sistemas expressivos feitos, cujas sombras trabalhadas apontam para novas formas de comunicação e novas formas de individualidade. Sob esse aspecto o mundo é o século, no sentido agostiniano do termo, cuja transcendência está na aposta de que suas virtualidades sejam cumpridas, para o bem ou para o mal. Se assim a razão perde sua linearidade, se vai por água abaixo o ideal de uma longa cadeia de razões apoiada em certezas indubitáveis, ela ressurgue como o jogo de criar sistemas expressivos armando expressões bipolares, dependendo de um terreno trabalhado por ações que se apresentem como seguras; a razão se constitui assim como a corda cuja resistência advém do atrito de suas fibras. Em crise, atingindo seu limite expressivo, cada sistema se abre à pergunta por seu fundamento

de ser. Nada há nos elementos em jogo que defina todo o perfil da nova estase, da nova identidade simbólica. Mas se o cone de luz está combinado a um lavrado cone de trevas, se as atividades subjacentes não são quaisquer, mas tão-só aquelas queridas e requeridas para o funcionamento do sistema, tudo se prepara para o salto. Nem sempre um exército em debandada se reconstrói com a reviravolta do soldado valente, mas a dispersão é condição para que ele apareça e reponha os companheiros em nova formação. A despeito dessas zonas de incerteza, de idas e vindas, a razão pode caminhar, porquanto o seu porquê está sendo sempre preparado. No começo tudo é ação, ato que se lança no escuro, mas também transgressão que, se rompe com a norma previamente aceita, é porque se faz em vista da norma antiga e assim prepara a norma futura. Mas nesse começo há um jogo incapaz de predizer seu resultado.

Parece-me que o estudo das estruturas categoriais do modo de produção capitalista, tal como foi feito por Marx, nos oferece exemplo extraordinário de jogo de linguagem não verbal, que, se pretende ser racional, termina se perfazendo por meio de uma irracionalidade profunda, pelo cone de trevas desenhado pelo cone de luz. Os atores precisam atuar *como se* estivessem mantendo entre si relações igualitárias, contratuais e livres, medidas por eles mesmos, quando no fundo essa racionalidade aparente, porque os agentes atuam de tal forma que suas ações parecem derivadas de objetos-signos, está subordinada à lógica de instituições que se põem como a razão em si mesma. Ao invés da equidade prometida todo esse processo resulta no comando sobre o trabalho alheio e no aprofundamento das desigualdades sociais. Desde já, porém, fica patente que qualquer análise formulada exclusivamente em termos de uma racionalidade da ponderação dos meios em relação aos fins se enclausura na superfície dos fenômenos, deixando de lado seu avesso. Somente a consideração dos dois lados do processo, o fim representado e o sentido roubado pela totalização enviesada desse movimento, será capaz de elucidar os momentos de sua reflexão. Se outros tipos de análise por certo criam instrumentos importantes para atuar no curso da economia, passam ao largo da pergunta por sua racionalidade da óptica da produtividade do trabalho social, da racionalização das relações do homem com a natureza medida por objetos-signos. No entanto, a escolha deste ou daquele ponto de vista é tão - somente assunto de uma teoria que se

quer mais ampla e racional, ou se enraíza num empuxo prático que contesta a própria *positividade* dos fenômenos usualmente tratados pelas teorias econômicas? Depois que se perdeu a ilusão de que o proletariado seria o motor da história, ainda seria possível encontrar apoio prático que dê sentido à multiplicidade dessas teorias?

Para que se coloque essa velha questão em novos termos, convém desde logo quebrar a continuidade que se costuma estabelecer entre conhecimento e interesse. A determinação recíproca deles não é capaz de capturar a subversão dos sentidos por que passam as ações, quando são enfeixadas por uma abstração dotada do poder ilusório de pôr seus casos. Esse processo só se torna inteligível ao mostrar-se como os sentidos dos atos passam a ser determinados pela *projeção* de processos de trabalho nos próprios produtos. Somente assim se compreende como a ação *parece* emanar no próprio produto conforme sua dinâmica *parece* passar a medir sem atritos tanto os limites da riqueza social como os limites internos de sua distribuição entre classes sociais. Entre interesse e conhecimento cumpre introduzir a mediação dos signos, das instituições, do fetiche. Por isso o conceito de ideologia se torna inoperante para explicar esse processo, porquanto a relação de interesses e representações fica mediada pela autonomia do fetichismo do capital. Sem uma análise desse fetiche a questão da racionalidade das ações cotidianas não pode ser levada a fundo.

O que significa, porém, seguir uma regra quando esta é um fetiche? Se seguir uma regra é uma instituição o que esta vem a ser quando é mediada por esses objetos-signos? Lembremos que para uma regra poder ser seguida é preciso que obtenha validade intersubjetiva. Eu mesmo ou algum outro nunca poderemos afirmar definitivamente que a regra está sendo seguida, pois nada impede que, sendo seu entendimento sempre parcial, o seguidor, a partir de uma etapa já vencida, enverede por caminho desviante. Somente os efeitos do ato vão revelar se a ação é ou não adequada, até quando os erros cometidos se encerram no intervalo do esperado e do plausível. Isso implica que a regra, além de representar uma situação possível, também requer, como condição de sua existência, a coordenação tácita de atos, uma forma devida, como diz Wittgenstein. Neste livro tentei explorar os meandros dessa forma, no nível em que ela se tece, para dar conta do metabolismo entre o homem e a natureza, quando este se faz sob a égide do fetiche do capital.

Não se deve perder de vista que uma teoria da instituição está intimamente ligada à maneira como se considera o juízo. Nada mais insuficiente do que pensar uma instituição se constituindo pela sedimentação da regra, de seus ordenamentos nos próprios comportamentos humanos, como se tudo ocorresse no nível dos reflexos condicionados. Mostramos, num ensaio antigo (cf. “O que é fazer”, em *Filosofia miúda e outros ensaios*, São Paulo, Brasiliense, 1985), que mesmo o behaviorismo radical recorre ao conceito de estímulo generalizado, cujo exemplo mais claro é, sintomaticamente, o dinheiro. Mas uma explicação desse tipo cai numa petição de princípio, porquanto o ponto nevrálgico a ser explicado é precisamente o processo pelo qual um estímulo opera em situações diversas, não tendo, pois cabimento afirmar meramente que ele se generaliza por seu emprego em condições diferenciadas. Muito menos convém imaginar que a regra se fixe intersubjetivamente porque vem a ser *interiorizada* pelos atores. Essa metáfora não explica nada, como se pelo simples fato de se pensarem como relicário de normas as pessoas por isso mesmo estivessem em condições de praticá-las. Daí a importância de acompanhar passo a passo o processo pelo qual um sinal, objeto do mundo cotidiano, se converte em símbolo, elemento de um sistema de regras, as quais tanto se reportam a situações possíveis como requerem tacitamente a aceitação de certos fatos em que os atos de julgar se estribam. Além disso, não é preciso sempre estar atento à maneira como os agentes vão se formando para praticar a norma?

Todo meu esforço se concentrou na tarefa de mostrar como as regras pelas quais os seres humanos transformam as coisas em produtos do trabalho passam, nas condições dadas pela situação histórica do capitalismo, a ser reguladas por símbolos fetiches, por isso mesmo incapazes de funcionar simplesmente como símbolos representativos, algo no lugar de algo. Por assim dizer, a “simbologia” do dinheiro mediando produtos feitos para a troca mercantil, e somente nessas condições, implica uma estruturação representativa, em que as intenções de cada ato individual de trabalho são roubadas pela aceitação desse objeto-regra que visa a atos futuros sem se ajustar a uma intenção individual. É como se a ponderação em vista de determinados fins fosse suspensa pela finalidade em si mesma do objeto, negação de toda finalidade particular. Retomando uma imagem já empregada, se a ponderação em vista do valor de uso precisa apoiar a perna de seu compasso num fim determinado, a ponderação pelo dinheiro retira o

compasso do papel e se arma como finalidade em si mesma. Assim como, para os gregos, o Sol não representava Apolo, como se algo estivesse no lugar de algo, mas era o próprio Sol visto como deus, também o dinheiro para nós não representa algo em vista do qual as pessoas agem para ter acesso a outros bens, mas é uma quantia em reais, em ouro etc. vindo a ser a própria riqueza social.

Desse modo, uma contradição, uma autêntica *Widerspruch*, um contra-dizer, mais do que uma *Widerstreit*, uma contra-disputa, como pretendia Kant, passa a operar no nível da própria realidade social, porquanto ela mesma se tece pelo entrelaçamento de juízos práticos regido por coisas sensíveis suprassensíveis, particularmente pelo valor, no qual um valor de uso posto de uma óptica particular se põe como parte do valor posto da óptica abstrata e universal. Desse modo, toda essa parte da doutrina de Marx, que os cientistas rejeitam como ranços de antiga Metafísica, apresenta-se-me, pelo contrário, como núcleo de sua crítica, pois empresta aos fenômenos socioeconômicos estatuto ontológico muito distante da mera positividade postulada pelas ciências. Aliás, esse postulado é muito curioso, pois se resume a pedir que se considerem os comportamentos socioeconômicos sendo ponderados em vista de um fim determinado. Isso quando não se generaliza essa forma estreita de racionalidade para todas as outras esferas do social.

Vimos, além do mais, que o emprego do dinheiro para obter mais dinheiro, vale dizer, o capital, refaz o circuito dessa reflexão da finalidade em si mesma, imprimindo às regras, ou melhor, às relações sociais de produção, nova forma de finalidade em si, o crescimento por si da produção da riqueza social. Mas, tentando ir além de Marx, procurei mostrar que fibrila o postulado da medição dessa riqueza pelo parâmetro do trabalho morto, projetado no produto, porquanto, se as categorias elementares pelas quais se tecem as relações de produção capitalista continuam a indicar intervalos em que esse tipo de mensuração deve operar, não há como medir, pelo mesmo padrão, os efeitos conseguidos. O fetichismo da substância capital, no mundo contemporâneo, adquire novas e inauditas dimensões.

Voltemos a considerar o ato elementar de seguir uma regra. Se sua validade se confirma intersubjetivamente por seus efeitos, ela também implica duas dimensões: de um lado, aquela representativa das situações possíveis, demarcando o terreno dos comportamentos que são ou não

adequados do ponto de vista dessa forma *sui generis* de sociabilidade; de outro, aquela que apresenta as forças produtivas que estão sendo transformadas. Dentre essas forças se inclui o próprio modo dos seres humanos se organizarem para efetuar as tarefas da produção. Esse modo de organização é posto como adequado ou inadequado para a consecução das regras representativas, as relações sociais de produção. Em outras palavras, essas relações, embora opacas, desenharam um cone de luz a representar os movimentos pelos quais a riqueza social se desdobra, mas, para que essas relações possam ser seguidas, um cone de sombra se constitui no prolongamento delas, as forças produtivas que se articulam por seus meios, enfim, o mundo articulado para a produção capitalista. Mas essa articulação comporta tanto instituições, formas de comportamento para que as regras sejam seguidas – a estrutura da fábrica, da loja, da oficina de reparação, e assim por diante –, como instituições reguladoras do bom seguimento dessas regras. Se já o mercado primitivo instala seu tribunal, a fábrica e outras instituições por onde percolam a riqueza social possuem seus órgãos de controle. Em suma, o mundo da vida está articulado por instituições do fazer e por instituições de controle desse fazer, a despeito destas últimas se porem como um dado para os sistemas expressivos.

Desse ponto de vista, o capital aparece como o sistema expressivo das relações de produção, a gramática pela qual as categorias se explicitam, e também como a dupla articulação de forças produtivas, ao mesmo tempo metabolismo entre o homem e a natureza e instituições guardiãs dessa articulação. Cabe não perder de vista que a forma pela qual os processos de trabalho se articulam também constitui força produtiva.

É o que já nos ensina o exame dos atos de seguir uma regra exercido pela intermediação da moeda. Tão logo essa instituição vem resolver dificuldades que emperram o processo direto de troca de mercadorias, também cria a necessidade de impedir a falsificação do padrão. Se a unidade da moeda é definida por um grama de ouro, o simples fato dela circular provoca a perda de seu peso, de sorte que o valor de face, a unidade cunhada, não corresponde a seu valor efetivo aquilutado na balança. Novas formas de falsificação vão aparecer quando essa moeda é substituída pelo papel-moeda com lastro ouro, quando esse papel perde esse lastro – o que sistematiza a inflação –, e assim por diante. Em resumo, posta a regra, o ato de segui-la circunscreve a zona negra do ajustamento dos atos, assim como separa o padrão representado e o padrão efetivo.

Mas o falseamento pode, ademais, ser a base duma relação social. É precisamente o que acontece com a medida dos atos de trabalho pelo equivalente geral tomado como o tempo socialmente necessário para a reprodução do produto. As diferentes produtividades são igualizadas pelo padrão que resulta da demanda efetiva, premiando os trabalhos mais produtivos e penalizando os menos produtivos. No entanto, só assim os diversos trabalhos se socializam. O capital vai além e provoca a subversão do funcionamento do parâmetro. No nível mais elementar do processo produtivo só se tornam efetivamente mensuráveis aqueles atos de trabalho que se encaixam direta ou indiretamente na produção do excedente econômico. Se o capital, no seu início, controla trabalho alheio porque possui o monopólio dos meios de produção, ele somente se amplia porque passa a controlar o padrão da medida social da produtividade, puxando-o continuamente para cima. Nisso reside o mistério de sua dominação social na base da exploração da mais-valia relativa, que não opera por meio deste ou daquele ator, mas por meio de um mecanismo objetivo, que se reproduz, a despeito de todas as suas vicissitudes, como se fosse sujeito automático.

Para entender como o seguimento da norma é subvertido por sua guarda é preciso deixar de lado a distinção entre regras constitutivas e aquelas meramente reguladoras, distinção proposta por John Searle e de ampla aceitação hoje em dia. Exemplificando, quando se raciocina sem que se siga uma regra de inferência, no fundo não se raciocina, pois a regra faz parte desse processo, mas, quando não se seguem regras da boa cozinha, cozinha-se mal sem que se deixe de cozinhar. Mas essa distinção tende a apagar a distância entre a regra-padrão e o ato de segui-la. Seguir meticulosamente uma boa receita pode resultar num prato tão insípido que mal pode ser comida; a ação de cozinhar requer que se atente para as reações diferenciadas dos produtos, de sorte que o bom cozinheiro está sempre inventando e interferindo no ato de cocção. Do mesmo modo, a regra de inferência se liga a pequenas decisões que escapam de sua formulação abstrata. Não há dúvida de que se pode ver o teorema de Pitágoras quando se desenha um modelo adequado, mas a regra vista no caso está na dependência de um treinamento do olhar que permanece na sombra. Entre a regra pressuposta e o resultado sempre existe, pois, uma diferença a ser trabalhada e que dá vida ao processo.

Sem essa aventura de cair no abismo por que passa o movimento de seguir uma regra, não há linguagem possível, muito menos relações sociais

de produção enquanto momento expressivo de manipulação de forças produtivas. Porquanto só essa indefinição permite o roubo de sentido que dá o fundamento da dominação do capital, o controle socializador do processo de trabalho se fazendo então graças ao controle do exercício do padrão, vale dizer, das medidas das produtividades dos setores produtivos. E mesmo quando as categorias fibrilam, isto é, quando a quantidade pressuposta deixa de repor-se por meio de quantidades numericamente determinadas, a norma importa, de um lado, porque elas fibrilam como resultado do controle privado da produtividade social, de outro, porque esse governo da norma se exerce no nível da própria sociedade burguesa, num movimento de reflexão sobre si mesma.

Percebe-se quanto o projeto revolucionário de Marx paga tributo à herança hegeliana. Marx pensa essa reflexão da sociedade burguesa sendo dominada pela passagem da oposição à contradição, esta, contudo tendo a virtude de simplificar os termos opostos, mas de tal modo que um deles se assegure de todo o movimento de resumir o percurso já feito e de lançar a base do futuro. Desse modo, estreita a zona de indefinição entre a regra e o ato de segui-la, como se tudo pudesse derivar do fetiche ou do aprendido de se opor a ele, segundo a mesma linearidade que opera simplificando os termos da oposição. Se a contradição entre capital e trabalho, a socialização privada dos meios de produção, resultasse na constituição das ideias reguladoras do capitalista em si e do trabalhador em si, que para serem seguidas necessitassem formar a classe para si dos capitalistas e a classe para si dos trabalhadores, então esta última traria em si mesma sua própria negatividade, a apropriação coletiva dos meios de produção coordenada pelo grupo que, por estar fora dos benefícios da produção capitalista, pode se assenhorar do governo da norma contraditória. Já que a exploração e a alienação se fazem pela forma, só pelo controle total da forma poderão ser abolidas. A proposta de substituir o modo de produção de mercadorias por meio de mercadorias pela apropriação coletiva dos meios de produção – vale dizer, a apropriação coletiva das matrizes do roubo de sentido –, assim possibilitando uma administração racional do metabolismo entre o homem e a natureza, pressupõe a possibilidade de acompanhar passo a passo as aventuras dos processos coletivos de produção, a utopia de expurgá-los de toda e qualquer zona cinzenta, onde de fato se movem. Como atribuir a esse coletivo uma forma estável, aquela do partido ou aquela de burocracia, já que não é forma duma relação social, mas de controle dela? Se o fetiche

advém da necessidade do produto assumir a forma mercadoria, ele tão-só poderia ser abolido se essa forma fosse suprimida, em resumo, substituindo o mercado pela administração racional do metabolismo entre o homem e a natureza, do ponto de vista do proletariado, que se negaria como classe e se dissolveria na sociedade comunista. Essa radicalização do projeto iluminista só se tornou possível na medida em que negou seu lado de sombra, como se o Século das Luzes não fosse também o século das sociedades secretas, como se Jean-Jacques não entrasse em conflito com Rousseau, como se Sade, autor de *Justine*, também não escrevesse peças de teatro moralizantes. Embora essa dualidade seja expressamente reconhecida por Marx, pois na história, diz ele, o lado mau prevalece sobre o bom, pois o primeiro se responsabiliza pelo início da luta (*Misère de la philosophie*, 97); se o proletariado empreende a dissolução do mundo porque já é o mundo dissolvido, toda essa negatividade haveria por fim de ser superada quando a pré-história deixasse livre o espaço para a aparição da história do homem livre.

Façamos, porém, o exercício de aceitar a contradição travada do capital sem o empuxo interno da superação e da revelação. Sua finalidade em si mesma coloca, de um lado, o desafio de avaliar os vários caminhos pelos quais essa autofinalidade é seguida. Uma quantia de dinheiro apropriada, e cuja posse é reconhecida, não conserva a marca de como foi obtida, seja por herança, por exploração do trabalho operário ou por roubo. Esses diferentes modos de apropriação em conflito, já que se trata de bens escassos, desenham a primeira questão da moralidade objetiva. Se essa instância reguladora da norma da produção necessita separar-se dela, cabe convir que seus conteúdos básicos são por ela oferecidos. Para que se possa avaliar a falsidade da moeda é preciso que moedas tenham curso corrente. Ocorre ainda que os procedimentos de controle desenvolvidos pela própria sociedade capitalista reclamam instituições que a considerem da óptica de seu funcionamento geral. Até mesmo o tribunal que se instala ao lado de um mercado necessita considerá-lo como um todo. São as instituições sociais que compreendem aqueles procedimentos. Essa *Zusammenfassung* da sociedade burguesa, que se apresenta como governo integrador de normas já operantes, em nome da identidade da sociedade como um todo, não é demarcada pelo exercício do sistema político? Não é nessa luta que se instala o controle da norma e da distribuição dos recursos que permite esse mesmo controle? Mais do que a identidade do estado não é o sistema na sua diversidade o elemento em que esses conflitos se apresentam e se resolvem?

Mas desse ponto de vista se entende por que esse sistema deve contrapor amigos a inimigos, pois, a despeito de se apresentarem como representantes do bem comum, cada um o faz, no limite, assumindo um dos polos da contradição pela qual a sociedade burguesa se instaura. Se a luta de classes se tece em torno da apropriação dos critérios da produção e da distribuição da riqueza social, o sistema político a reafirma quando uma parte dele denuncia a contradição por meio da qual essa riqueza se performa, ou a nega quando converte o exercício da política na negociação contínua do *status quo*, no jogo positivo pelo poder em si mesmo, sem que a questão da justiça social, da ponderação de quem está se efetivando por meio dele e de quem está sendo excluído dele, acompanhe passo a passo seu movimento. Não é então desse ponto de vista, do alcance da visão e da prática política, que se avaliam as análises de sentido que tentam acompanhar o desdobramento das categorias do modo de produção capitalista? Qual é, porém, o sentido da luta de classes, a luta pelo controle da norma, numa sociedade em que a norma fibrilou, serve para marcar intervalos cujo espaço intermediário, contudo, é preenchido por decisões *ad hoc*?